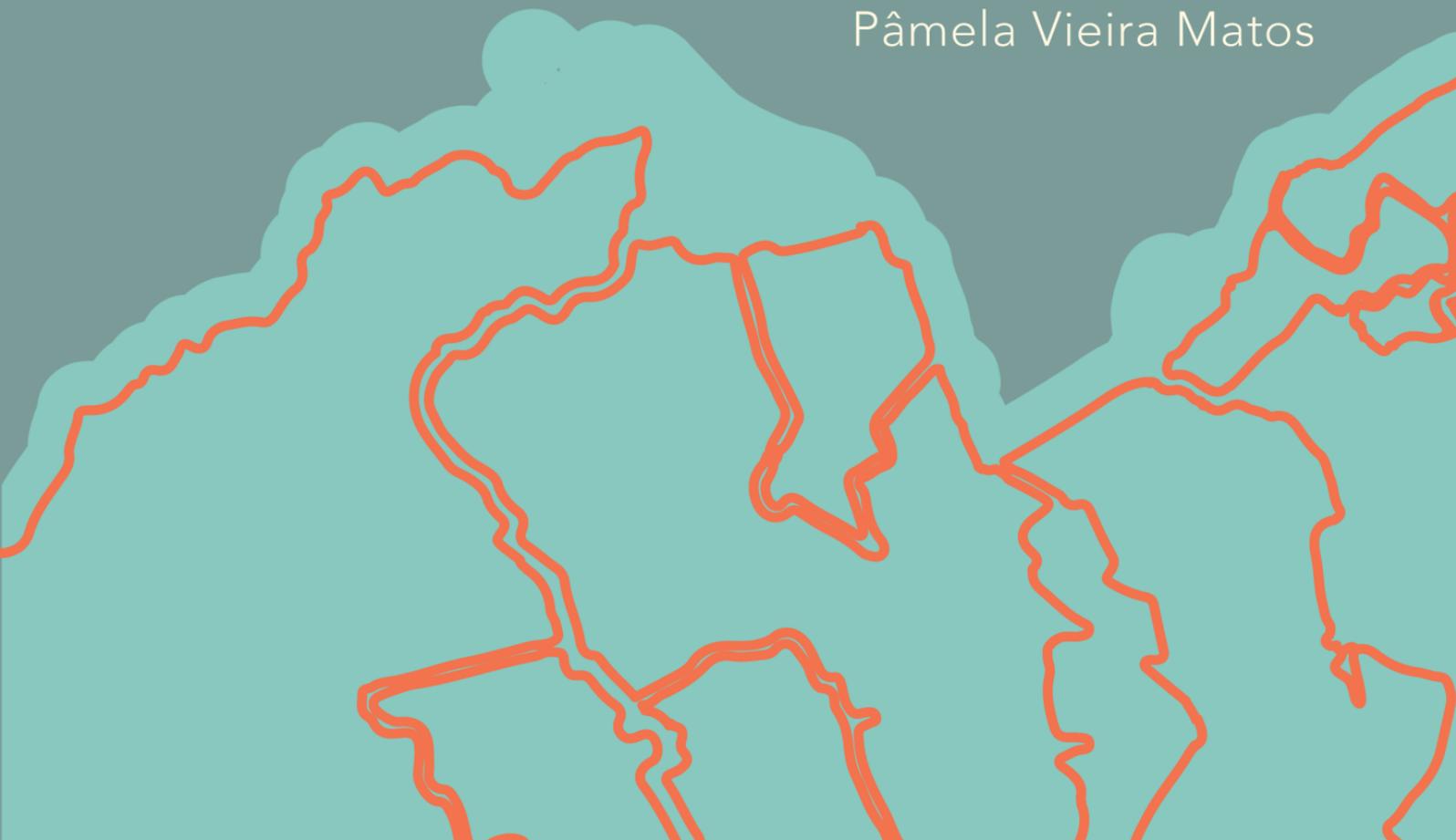


DIAGNÓSTICO CULTURAL

Estudo da aplicação da
Lei Aldir Blanc na
cidade do Rio de Janeiro

Autores:

Veronica Diaz Rocha
Luiz Manoel Viola Estrella
Andréa Chiesorin Nunes
Pâmela Vieira Matos



Veronica Diaz Rocha
Luiz Manoel Viola Estrella
Andréa Chiesorin Nunes
Pâmela Matos

Diagnóstico Cultural:

Estudo da aplicação da Lei Aldir Blanc na cidade do Rio de Janeiro



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2023

© 2023, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Danielle de Fátima Aguiar de Sousa Silva

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Os autores

ISBN 978-65-86746-29-7

DOI: 10.23899/9786586746297

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/96>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Diagnóstico Cultural [livro eletrônico]: Estudo da aplicação da Lei Aldir Blanc na cidade do Rio de Janeiro / Veronica Diaz Rocha, Luiz Manoel Viola Estrella, Andréa Chiesorin Nunes, Pâmela Matos. – Foz do Iguaçu, PR: Editora CLAEC, 2023. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86746-29-7

1. Políticas culturais. 2. Lei Aldir Blanc. 3. Rio de Janeiro. I. Rocha, Veronica Diaz. II. Estrella, Luiz Manoel Viola. III. Nunes, Andréa Chiesorin. IV. Matos, Pâmela.

CDD: 350

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Me. Fernando Vieira Cruz
Editor-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzain
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
Breve histórico	13
Metodologia	18
Resultados/Análise	24
A) Caracterização / Qualificação dos Agentes Culturais	25
B) Políticas Culturais e Participação	52
C) Desafios e Sugestões	76
Conclusões	86
Equipe/Agentes culturais que participaram	89
Agradecimentos	95
Referências	97
Notas Finais	102

APRESEN TAÇÃO



Texto de Apresentação

Lia Calabre

Por novos caminhos e modelos para as políticas culturais da cidade do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro, assim como muitas das grandes cidades brasileiras, é marcada por intensas contradições. É um lugar com alto grau de visibilidade internacional, sem dúvida: Cidade dos megaeventos! Mas também é um lugar que ainda conhece e reconhece pouco a rica e diversa dinâmica cultural de seus múltiplos territórios. A produção de informações, estudos e análises permite tanto o registro quanto a visibilização dessa diversidade cultural local.

A chegada da pandemia agravou um quadro de desigualdade de acesso e de precariedades já existente. A distribuição de equipamentos culturais, de recursos financeiros e de oportunidades de formação artístico-cultural pelo conjunto da cidade é muito desigual. Tal situação já é bem conhecida. Nas duas últimas décadas tivemos o crescimento dos estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro e suas dinâmicas culturais. Ainda que tenhamos poucos levantamentos oficiais, produzidos pelos órgãos da Prefeitura, foram realizadas várias pesquisas e trabalhos, tanto acadêmicos, quanto de autoria de grupos e coletivos do campo da cultura que evidenciam as desigualdades vivenciadas nos territórios.

A Lei Aldir Blanc, com todos os problemas que possamos vir a apontar na sua aplicação, surgiu como uma espécie de “oásis” em meio a um processo de proposital desertificação do campo cultural, orquestrado pelo Poder Executivo Federal, que antecede à pandemia. A mobilização social em busca de uma ação imediata para o enfrentamento da crise instaurada com a chegada da Covid ao país, rapidamente ativou o Poder Legislativo Federal que uniu forças em prol da aprovação de uma lei emergencial para a área da cultura. A mobilização e a participação social nesse sentido foram intensas. Foram empreendidos esforços de natureza diversa. Os aprendizados anteriores oriundos, por exemplo, das experiências participativas das conferências de cultura, do ativismo cultural dos participantes do Programa Cultura Viva, se somaram aos dos fóruns regionais de cultura da sociedade, aos dos fóruns dos secretários de cultura e às das ações combativas da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Podemos afirmar que todo o trabalho em prol da construção de uma política cultural efetiva, que veio sendo realizada desde o início dos anos 2000, floresceu e frutificou.

A experiência da criação e efetivação da Lei Aldir Blanc é uma experiência única, que precisa ser bem estudada e avaliada. Ela pode ser considerada como uma ação piloto do que vinha sendo planejado pelo Ministério da Cultura, há quase uma década, a partir da estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Um dos elementos fundamentais que garante o pleno funcionamento dos SNC é exatamente a existência de repasse de recursos entre governo federal, estados e municípios, para ações a serem realizadas diretamente nos territórios, sob a gestão dos governos locais. Os desdobramentos jurídicos da Lei Aldir Blanc, assim como os das Lei Paulo Gustavo e da Aldir 2, podem e devem ter nos diversos estudos que vêm sendo realizados, elementos para estabelecer os parâmetros de aperfeiçoamento da aplicação dos recursos da operacionalidade das novas leis.

Conhecer as demandas que foram recebidas pelos governos, tais como: número de inscritos, áreas de inscrição, distribuição territorial, faixa etária, valores solicitados, etc., é uma tarefa fundamental. Porém, aqueles que pesquisam no campo das políticas públicas de cultura sabem que o trabalho com dados quantitativos é insuficiente para a composição de um quadro razoável de informações, que nos permita compreender, ao menos em parte, as dinâmicas culturais locais. A estratégia de elaboração de questionários complementares às informações públicas disponíveis e, mais ainda, a realização de entrevistas permitem aos pesquisadores uma maior aproximação com o campo. As pesquisas qualitativas podem fornecer os elementos necessários para a construção de uma espécie de mapa que nos aproxime e traduza de uma melhor maneira parte da realidade social.

A pesquisa que está aqui sendo apresentada é uma importante peça no processo de construção e de aperfeiçoamento das políticas públicas de cultura territoriais. Por um lado, somada às pesquisas de outros territórios poderá permitir ao governo federal uma avaliação ampliada para a criação e o aperfeiçoamento de futuros mecanismos de transferência de recursos do governo federal para estados e municípios. Por outro, deve contribuir com o desenho de novas políticas culturais territoriais que podem e devem ser implementadas pela prefeitura da cidade. É muito necessário que haja uma melhor distribuição de recursos pelo território, que o direito à cultura valha efetivamente para o conjunto dos cidadãos que habitam a cidade.

Parabéns à equipe.

*Lia Calabre,
Verão 2023*

Texto de apresentação

Orlando Alves dos Santos Junior

Este relatório traz registros e reflexões de suma importância na atualidade em torno do lugar da cultura na vida social e política da cidade do Rio de Janeiro, tomando como base a aplicação da Lei Aldir Blanc durante a pandemia Covid-19.

Formado por Veronica Rocha, Luiz Estrella, Andréa Chiesorin e Pâmela Matos, o labcult_rio é um grupo que conjuga o rigor acadêmico com o ativismo cultural, que poderíamos dizer, se manifesta profundamente engajado com a construção de uma cultura no plural, lembrando as ideias de Michel de Certeau.

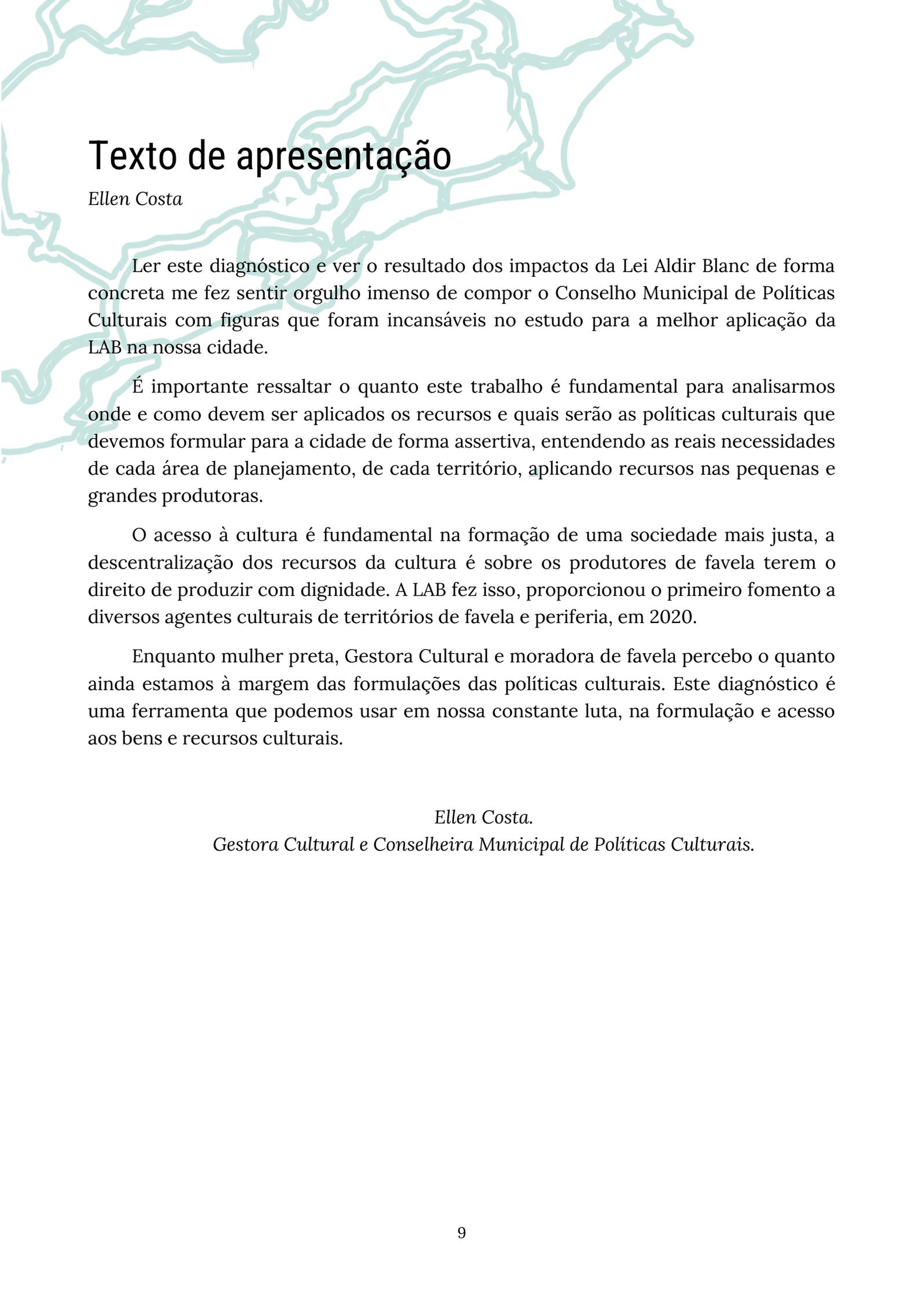
Partindo dos dados dos editais vinculados à aplicação da Lei Aldir Blanc durante a pandemia, a pesquisa desenvolvida junto ao Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), contando com a parceria do Observatório das Metrôpoles, permite traçar um amplo panorama das atuação dos agentes culturais da cidade do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre como a política cultural tem se relacionado com este universo tão amplo e diversificado nos territórios, atravessados por especificidades e desigualdades que marcam a estrutura socioespacial da cidade.

Em linhas muito gerais, entre diversos temas e questões levantadas, é possível destacar que o relatório evidencia: (i) que os recursos aportados para o campo da cultura são irrisórios, o que expressa a pouca prioridade da política cultural na cidade; (ii) que os critérios na distribuição dos recursos limitados não são transparentes e democráticos e não levam em consideração as especificidades dos territórios e dos agentes culturais; (iii) que é necessário fortalecer os espaços de gestão participativa e democrática da cultura para efetivamente alterar este cenário e construir uma política cultural alternativa.

A leitura atenta deste relatório possibilita refletir de uma forma crítica e informada sobre tensões e desafios para a construção de políticas culturais na cidade do Rio de Janeiro que fortaleçam o campo cultural e a produção artística comprometida com a cultura no plural, com a democracia e com o direito à cidade.

Orlando Alves dos Santos Junior

Professor do IPPUR/UFRJ, Pesquisador do Observatório das Metrôpoles



Texto de apresentação

Ellen Costa

Ler este diagnóstico e ver o resultado dos impactos da Lei Aldir Blanc de forma concreta me fez sentir orgulho imenso de compor o Conselho Municipal de Políticas Culturais com figuras que foram incansáveis no estudo para a melhor aplicação da LAB na nossa cidade.

É importante ressaltar o quanto este trabalho é fundamental para analisarmos onde e como devem ser aplicados os recursos e quais serão as políticas culturais que devemos formular para a cidade de forma assertiva, entendendo as reais necessidades de cada área de planejamento, de cada território, aplicando recursos nas pequenas e grandes produtoras.

O acesso à cultura é fundamental na formação de uma sociedade mais justa, a descentralização dos recursos da cultura é sobre os produtores de favela terem o direito de produzir com dignidade. A LAB fez isso, proporcionou o primeiro fomento a diversos agentes culturais de territórios de favela e periferia, em 2020.

Enquanto mulher preta, Gestora Cultural e moradora de favela percebo o quanto ainda estamos à margem das formulações das políticas culturais. Este diagnóstico é uma ferramenta que podemos usar em nossa constante luta, na formulação e acesso aos bens e recursos culturais.

Ellen Costa.

Gestora Cultural e Conselheira Municipal de Políticas Culturais.

Relatório da pesquisa

“Diagnóstico Cultural – estudo da aplicação da Lei Aldir Blanc na cidade do Rio de Janeiro”

Apresentação

O grupo

Informalmente denominado *labcult_rio*, o grupo carioca de pesquisadores é formado por Veronica Diaz Rocha, Luiz Manoel Viola Estrella, Andréa Chiesorin Nunes e Pâmela Vieira Matos. Conjugando experiências tanto em pesquisas acadêmicas como em atuações político-culturais na cidade do Rio de Janeiro, o coletivo apresentou este projeto de pesquisa ao Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) em maio de 2021 e, logo que aprovado, iniciou os trabalhos.

O CLAEC

Esta organização não-governamental tem como objetivo central a realização de estudos e análises de ações, projetos, programas e políticas desenvolvidas na área da cultura entre os países que integram a América Latina. Busca também atuar como promotor de ações que gerem conhecimentos e experiências, por meio da elaboração e execução de projetos voltados para a promoção, expansão e difusão das políticas, tendo como foco a diversidade social e cultural da região. Tem atuação junto à esfera pública, sociedade civil organizada e setor privado, em soluções para questões como o compartilhamento dos bens culturais e a democratização do acesso à cultura.

As parcerias

Neste estudo tivemos a oportunidade de interlocução com o professor Frederico Barbosa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no que se refere à análise da Lei Aldir Blanc e aos instrumentos utilizados. Contamos também com a parceria do Observatório das Metrópoles, que esteve junto conosco tanto na elaboração do questionário quanto na análise dos resultados. E, em vários momentos, desde as reflexões e a estruturação desta investigação, pudemos contar com o fundamental e generoso apoio da pesquisadora Lia Calabre.

A proposta

A pesquisa teve por objetivo investigar o panorama cultural na cidade do Rio de Janeiro entre 2020 e 2021 por meio da realização de um diagnóstico que permitisse aferir o campo de atuação dos agentes culturais, sua relação com as políticas implementadas e o contexto da pandemia de covid-19. Considerando os impactos dessa crise, que atingiu fortemente o setor cultural, buscou-se analisar a implementação da Lei Aldir Blanc na cidade tendo em vista os agentes dos diferentes territórios do município. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para as discussões sobre as políticas culturais da cidade e para a difusão das informações e indicadores do campo cultural, visando o fortalecimento da produção artística e cultural da cidade.

Justificativa



“A cultura é toda a memória que a gente tem, é a nossa pegada, o que nos faz brasileiros.”

(PENNA, 2021)

As informações existentes a respeito da produção cultural na cidade do Rio de Janeiro antes do período da pandemia, como constatou a própria Secretaria Municipal de Cultura (SMC-RJ), eram parciais e limitadas ao cadastramento dos agentes em editais públicos. Este quadro, por si só, evidencia uma carência de dados que compromete o próprio processo de construção das políticas culturais do município. Como é possível, então, construir uma estratégia que atenda às reais necessidades sem a existência de um diagnóstico da realidade cultural da cidade?

A tarefa se torna mais difícil ao olharmos para a notória e conhecida desigualdade na distribuição territorial dos recursos públicos, agravada pela falta de reconhecimento e de estímulo à participação dos agentes culturais na discussão e formulação das políticas. Vemos instâncias participativas como a Conferência e o Conselho Municipal de Cultura enfrentarem obstáculos na concretização de suas propostas para a política municipal.

Embora o Sistema Nacional de Cultura tenha sido instituído em 2010, a cidade do Rio de Janeiro não possui, até a presente data - julho de 2023 - um Plano Municipal de Cultura, o que significa que as ações nesse campo não constituem políticas de estado e são sempre dependentes da gestão em curso, sujeitas à descontinuidade e a escolhas que nem sempre atendem aos interesses de grupos historicamente excluídos ou ao conjunto dos cidadãos.

O advento da pandemia de covid-19 e suas implicações para o fazer artístico-cultural, a posterior mobilização dos agentes e a conquista da Lei Aldir Blanc (LAB), alteraram significativamente o quadro na cidade. Esta pesquisa é, portanto, uma contribuição para a compreensão desses acontecimentos, tendo em vista a construção de políticas culturais de caráter democrático e participativo.

BREVE HISTÓRICO



Breve Histórico

Cidade, políticas culturais, pandemia

Fundada em um território originalmente ocupado por indígenas do grupo tupi, a cidade erguida em 1565 pelos portugueses para defender o território de outros europeus foi, entre os séculos XVII e XIX, a principal porta de entrada de pessoas escravizadas nas Américas (ENDERS, 2008). Capital da colônia, do império e da república, o Rio de Janeiro só perdeu o posto para Brasília, em 1960.

Se os contrastes geográficos entre as montanhas, planícies, lagoas e o mar, conferem à localidade uma singularidade interessante, as marcantes desigualdades sócio econômicas, atravessadas por um forte componente territorial, geram um estado de tensão permanente que faz do aglomerado urbano um perigoso barril de pólvora.

Há décadas dominado por facções em disputa pelo tráfico de drogas e outras *commodities*, como a venda de gás e internet, o município viu nascer as milícias e, mesmo durante a pandemia [1], a população sofre a violência policial do próprio Estado e que impunemente se repete até hoje.



Para falar de evento no Rio de Janeiro, você tem que falar sobre o crime, a relação com o crime, seja ela do Estado, o oficial, ou o não oficial, que é de facções ou a da milícia; seja lá onde você vai fazer, você vai ter que desenrolar com alguém.

(BARCELLOS/Mc Mano Teko, 2021)

Apesar disso, a chamada “cidade maravilhosa” conquistou uma tradição de efervescência cultural, sendo vista ao longo do século XX como referência artística em termos de inovação e de ousadia nos comportamentos (ENDERS, 2008). Em paralelo ao crescimento da miséria e à segregação territorial, a vitrine cultural do país lançava modas para o país e para o mundo. Os diversos ícones culturais e paisagísticos motivaram sua eleição como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 2012.

Contudo, a ótica empresarial do capitalismo urbano vem distorcendo tal visibilidade, buscando a privatização da ocupação territorial, como vimos na reforma da região portuária, no período dos grandes eventos (Copa de Mundo 2014 e Olimpíadas 2016) e, recentemente, na disputa em torno do Edifício Capanema [2].

Como reiterou em Audiência Pública o diretor Amir Haddad,



a cidade deve estar voltada para quem vive nela, e não para quem vive dela. [3]

De fato, os moradores têm com a cidade uma relação de uso que é diferente de quem nela vislumbra apenas fonte de lucro:

a gente poda a praça, a gente cuida, a gente limpa o coreto, a gente tem o maior carinho pela praça

declara Bruno Müller Mata da Silva (2021), um dos diretores do Bloco Prata Preta, sobre a Praça da Harmonia.

Para além de berço do samba e do carnaval, a cidade acolhia uma diversidade de fazeres: das ruas e praças aos museus e centros culturais; do teatro aos vários estilos de dança, como o passinho e a quadrilha; da música nos bares e salas de concertos ao *funk*; das performances e exposições aos filmes, os agentes cariocas são múltiplos e sempre interagiram com diferentes tipos de público.

No entanto, o crescimento de grupos neopentecostais e a onda mundial conservadora associada ao neoliberalismo configuraram uma outra realidade, trazendo para a vida cultural do Rio de Janeiro cenas de censura e dificuldades financeiras que se multiplicaram com a pandemia de covid-19.



A quadrilha teve que dar uma pausa porque ficou difícil, as pessoas ficaram desempregadas, e a gente que se sustenta na quadrilha, né? Acho que quadrilha, quadrilheiro, não tem patrocínio, né? Parou tudo.

(BATISTA, 2021)

Os agentes cariocas viveram então um período ainda mais duro, com o fechamento dos espaços e a impossibilidade de realizarem seus trabalhos. Apesar de tudo, no enfrentamento da pandemia, souberam ser solidários em inúmeros mutirões para distribuição de vales e cestas básicas, organizados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e por grupos como o Bloco Prata Preta, o Observatório de Favelas, o Fórum da Zona Oeste, a Associação de Profissionais de Teatro (APTR), o Sindicato dos Profissionais de Dança do Estado do Rio de Janeiro (SPDRJ), o Instituto Efeito Urbano, o Fórum Técnica - associação criada nesse momento pandêmico -, e várias entidades que desenvolvem trabalhos sócio culturais.

Com a aprovação da Lei Aldir Blanc no Congresso em junho de 2020, diferentes grupos artístico-culturais se articularam junto ao poder público municipal para incidir na distribuição dos recursos. Tais iniciativas, somadas à atuação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e à rápida resposta por parte dos gestores da SMC-RJ, contribuíram para o alento representado pela aplicação da lei na cidade.

No que se refere à institucionalidade da cultura na gestão municipal, a cidade conta com um Conselho, criado em 2009. Já o Fundo Municipal de Cultura foi criado pela lei 1029-A/2018, sancionada apenas em janeiro de 2020 e regulamentado em maio do mesmo ano para poder receber os recursos da LAB. Contudo, embora tenham sido realizados esforços e muitas discussões, a segunda maior cidade do país não conta até o momento com um Plano Municipal de Cultura.

O financiamento às atividades culturais baseia-se em um único mecanismo regulamentado, a lei de renúncia fiscal ou lei do ISS. Editais de fomento direto são definidos e publicados pelo poder executivo sem periodicidade fixa, e dependem das escolhas autocráticas de cada da gestão. A cultura não atingiu sequer 1% do orçamento municipal estimado pela Lei Orçamentária Anual de 2022 (RIO DE JANEIRO, 2021, p. 25-26), revelando uma desvalorização que não condiz com a riqueza e a projeção internacional do seu fazer cultural.

No momento da publicação deste relatório, ultrapassado o auge da pandemia, vivemos aos poucos uma retomada cultural na cidade, com a reabertura dos equipamentos culturais, retorno das festas, rodas de samba e outras manifestações de rua.



Teve a inauguração do MUHCAB [...] um ponto importante ali na Pequena África, no Centro, enfim. Mas ainda tem outros equipamentos dentro da cidade

que precisam ser olhados com carinho. Aqui na Zona Oeste existem vários, em completo abandono.

(PEREIRA, 2021)

No limitado recorte deste trabalho, confirmamos a enorme variedade da cultura carioca: são centenas de grupos e coletivos espalhados por todo o território, dos quais foi possível conhecer um pouco mais a partir da pesquisa.



O desafio principal agora eu acho que é recolocar cultura na centralidade do desenvolvimento. Cultura como motor de desenvolvimento. Retomar toda aquela questão das dimensões da cultura: dimensão social da cultura, dimensão econômica da cultura, ao lado da dimensão simbólica.

(COSTA, 2021)

Aprendemos muito. Compartilhamos o que foi possível neste espaço, na esperança de que estimule novos estudos e que o conhecimento sirva para transformações na vida cultural da cidade.

METODOLOGIA



Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio da análise dos seguintes instrumentos:

1. Documentos de aplicação da LAB: resolução municipal, editais da LAB e dados dos proponentes obtidos junto à SMC-RJ;
2. Questionário;
3. Entrevistas.

A questão da acessibilidade foi abordada nesta parte da pesquisa sob duas perspectivas: a) se o respondente do questionário era pessoa com deficiência; b) se o agente cultural promoveu ação para pessoas com deficiência. Ou seja, é uma abordagem de sensibilização, uma perspectiva de abertura para a inclusão nas políticas culturais da cidade, de acordo com o primeiro artigo da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. [4]. Vale lembrar que, para um público de pessoas com deficiência, políticas de acessibilidade comunicacional precisam ser provisionadas desde o orçamento.

Nesta pesquisa compartilhamos uma indicação de leitura acessível correspondente aos gráficos como uma maneira de dar visualidade teórica aos indicadores analisados para os leitores de tela que geralmente são utilizados por pessoas cegas/os e/ou com baixa visão. Buscamos com isso ampliar o acesso a este diagnóstico, tomando por base a perspectiva de intimidade de acesso ou acessibilizadora (MINGUS, 2010).

Este trabalho conta também com a proposição de uma escrita desenvolvida a partir de um estudo que torna documentos digitais acessíveis (NUNES, 2021) e, visando atender a tais condições, todas as notas estão inseridas ao final do relatório.

1. Documentos de aplicação da LAB

A implementação da LAB no município do Rio de Janeiro foi um esforço conjunto de diferentes atores do campo cultural da cidade: gestores da SMC, Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC), Fórum Carioca de Cultura – instância realizada em plenárias, para as quais foram convocados os agentes culturais dos distintos territórios da cidade -, e representantes do poder legislativo.



Não é só a cultura trabalhar. É a cultura, é a Controladoria, é a Secretaria de Fazenda, porque tem que executar esses pagamentos todos, né? E isso foi uma doideira.

(CORREA, 2021)

Em artigo apresentado no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), em agosto de 2022, desenvolvemos uma análise detalhada do processo de implementação da Lei na cidade e da construção de seus instrumentos, considerando o papel dos agentes citados na efetivação da política.

(link do artigo: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/138999.pdf>)



Isso foi feito tudo em discussão com a sociedade civil. Tudo, absolutamente tudo, foi feito em discussão com a sociedade civil. [...] Em algumas questões a gente reviu, como eu falei para você, da questão dos técnicos. Os editais, por exemplo, não previam MEI. MEI tava só para Ações Locais e o Arte Escola.

(CORREA, 2021)

Naquele texto examinamos os instrumentos que serviram para a aplicação da lei no âmbito da responsabilidade do governo municipal, ou seja, os Incisos II e III, pelos quais foi distribuído o valor recebido pela cidade: cerca de R\$ 39,4 milhões (SMC-RJ, 2020h). Foram então destinados recursos para o subsídio mensal de manutenção de espaços e outras organizações culturais, como previsto no Inciso II, e para os quatro editais que resultaram das discussões ampliadas, correspondentes ao Inciso III.

Esses processos seletivos: Prêmio a Projetos de Fomento a Todas as Artes, Prêmio Ações Locais, Prêmio Arte & Escola e Preservação da Memória Técnica, foram analisados em nosso artigo a partir do grau de formalização dos proponentes, dos valores de apoio e dos critérios de classificação.

Nesta pesquisa analisamos também os dados dos proponentes, cedidos pela SMC-RJ, da forma como estavam configurados e nos foram enviados em 25 de junho

de 2021. Em artigo redigido junto com o Observatório das Metrôpoles e publicado em maio de 2022, fazemos uma análise preliminar dos proponentes ao Inciso II.

(link do artigo: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/>)

É importante registrar que os dados dos contemplados pela LAB que nos foram cedidos pela SMC-RJ não continham algumas informações relativas ao perfil dos inscritos, como gênero, raça, deficiência e outras, motivo pelo qual esta parte do estudo não aborda tais temas.

2. Questionário

Sem a pretensão de alcançar todos os trabalhadores da cultura da cidade, dadas as restrições de tempo e recursos, o questionário buscou identificar não só os agentes culturais que tiveram acesso aos apoios da LAB municipal, mas também os que não se inscreveram ou que sequer acessaram as informações sobre a Lei.

É importante destacar que o instrumento foi elaborado coletivamente, com uma temática que ultrapassa a LAB. Em colaboração com o Observatório das Metrôpoles, foi construída inicialmente uma estrutura contendo 6 blocos de perguntas. Convidamos então 13 lideranças de diversas linguagens, dos distintos territórios da cidade, para uma sequência de várias conversas *online*, realizadas entre julho e agosto de 2021, nas quais fomos conjuntamente aprimorando o questionário. Esses encontros foram planejados para abranger territorialmente a cidade e promover uma integração entre os agentes. Diferentes pontos de vista foram expostos e o envolvimento dos participantes trouxe contribuições que fizeram grande diferença.

Essa instância de participação territorial para a elaboração do questionário contou com o envolvimento e a disponibilidade de membros da sociedade civil no Conselho Municipal de Políticas Culturais eleito para o exercício do biênio 2018-2020, que se manteve, mesmo atravessado pela pandemia (2020-2022), e precisaria ser renovado.

Contamos ainda com a precisa observação crítica e as contribuições fundamentais da pesquisadora Lia Calabre.

O questionário ficou disponível do dia 27/09/2021 ao dia 02/11/2021. Obtivemos 221 respostas, das quais 193 foram validadas, finalizando uma amostra representativa em termos de gêneros, etnias, territórios e linguagens.

Os 6 blocos temáticos eram:

1. Sobre você
2. Sobre a sua atuação cultural
3. Sobre o seu público
4. Políticas culturais
5. Participação social
6. Desafios e sugestões

Figura 1: Convite para participar do questionário



Fonte: Pesquisa CLAEC/ OM. Design Eduarda Estrella.

Leitura acessível: a imagem é uma filipeta amarela com um mapa do município do Rio de Janeiro cinza; sobre este, letras pretas centralizadas convidando os agentes culturais a participarem da pesquisa “Diagnóstico cultural - Estudo da aplicação da Lei Aldir Blanc na cidade do Rio de Janeiro”. Participe, preencha o questionário. Na última linha as logomarcas e suas respectivas identidades visuais: CLAEC e OBSERVATÓRIO das METRÓPOLES e entre estas o iconográfico de LIBRAS.

Uma análise relativa às três últimas partes desse questionário - partes 4, 5 e 6 - foi tema de um artigo publicado em conjunto com o Observatório das Metrôpoles na revista e-metropolis em março de 2023.

(link: <http://emetropolis.net/artigo/384?name=participacao-e-politicas-de-fomento-cultural-na-cidade-do-rio-de-janeiro>)

3. Entrevistas

Essa estratégia foi utilizada com o objetivo de complementar, de forma qualitativa, o conjunto de dados que a pesquisa dispunha. Elegidos a partir de seus históricos no campo da cultura e buscando garantir a diversidade dos entrevistados, convidamos 17 (dezesete) agentes culturais, entre gestores, artistas e técnicos de distintas linguagens, representantes de coletivos ou não, a darem contribuições quanto às suas experiências de atuação e vivências relativas à LAB e às demais políticas culturais na cidade.

O roteiro para as entrevistas semiestruturadas foi elaborado em diálogo com o questionário anteriormente construído. Realizadas em sua maioria de forma individual e *online*, as entrevistas foram gravadas e, a partir delas, selecionados trechos

representativos das distintas dinâmicas culturais da cidade e que possibilitassem estabelecer relações com as temáticas da pesquisa.

Como as entrevistas tiveram duração de uma a duas horas e os entrevistados são pessoas de longas trajetórias, o material coletado precisou sofrer muitos cortes de modo a ser viável seu compartilhamento nos limites deste relatório.

Convém ressaltar que as opiniões expressas pelos entrevistados não são necessariamente compartilhadas pela equipe. Dentro do possível, procuramos dar espaço às diferentes vozes presentes no âmbito da discussão sobre cultura na cidade.

Por fim, o conjunto de escolhas implicadas nesta pesquisa, que vão do foco sobre o agente cultural aos instrumentos metodológicos, dos parâmetros de análise dos editais à redação coletiva dos materiais resultantes (artigos, boletins e este relatório), têm raiz na atuação dos integrantes da equipe que, além de pesquisadores, são ativistas no campo da cultura em prol de políticas culturais mais justas e democráticas.

RESUL TADOS ANÁLISE



Resultados/Análise

Neste relatório trazemos novas informações quanto à análise dos dados da LAB, em diálogo com os principais resultados do questionário aplicado. Intercalamos esses dados com trechos contendo a perspectiva e a experiência dos entrevistados.

No primeiro boletim com os resultados desta pesquisa, publicado em maio de 2022 (link: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/>) levantamos algumas informações relativas ao perfil dos proponentes ao Inciso II da LAB no município, algumas das quais reproduzimos aqui.

De acordo com os dados que analisamos, o Inciso II da LAB beneficiou 1.510 proponentes, o Inciso III apoiou 1.381 projetos, enquanto o questionário teve 193 respostas válidas. Por outro lado, este instrumento possibilitou complementar as informações do conjunto com um olhar mais próximo do agente individual.

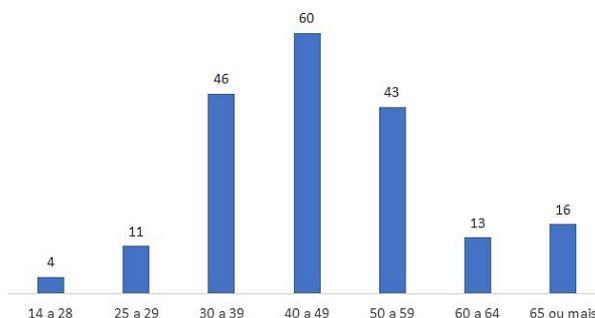
Por fim, importa observar que todos os valores financeiros apresentados neste relatório são nominais, referentes ao ano de 2020.

A) Caracterização / Qualificação dos agentes culturais

Iniciamos apresentando alguns dados obtidos com a aplicação do questionário.

Faixa etária. A maioria dos respondentes do questionário - cerca de 77% da amostra - tem idade entre 30 e 59 anos.

Gráfico 1 - Faixa etária



Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 1, de barras verticais azuis, mostra 46 pessoas com idade entre 30 e 39 anos, 60 pessoas entre 40 e 49 anos e 43 pessoas entre 50 e 59 anos. Há poucas pessoas com idades entre 18 e 29 anos, assim como mais idosos, com idades acima de 60 anos.

Gênero. A quantidade de pessoas que se identificam com o gênero feminino é ligeiramente superior à quantidade de pessoas que se identificam com o gênero masculino.

Gráfico 2 - Gênero

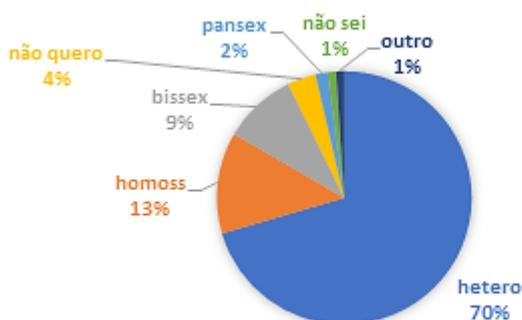


Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 2 é redondo, com a forma de pizza, e representa: em azul, 51% das pessoas se identificam com o sexo feminino; em laranja, 46% se identificam com o sexo masculino; em cinza, 1% se dizem não binárias e, em amarelo, 2% não quiseram responder.

Orientação sexual. Os que se consideram heterossexuais constituem 70% da amostra, enquanto 13% se consideram homossexuais e 9% bissexuais.

Gráfico 3 - Orientação sexual

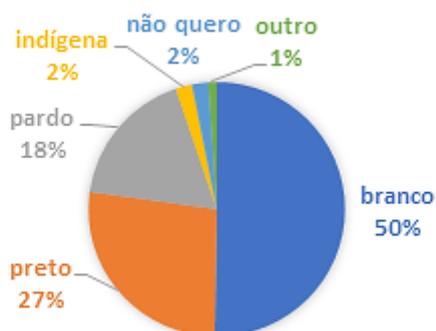


Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 3, em forma de pizza, representa: em azul, 70% das pessoas se identificam com a heterossexualidade; em laranja, 13% se consideram no campo da homossexualidade; em cinza, 9% se identificam com a bissexualidade, em amarelo, 4% não quis responder; em azul claro, 2% se identificam com a pansexualidade; em verde, 1% disseram não saber e 1% optaram por marcar a opção “outro”.

Etnia. O número dos que se consideram brancos é majoritário (50%); 27% consideram-se pretos e 18% se auto identificam como pardos

Gráfico 4 – Autoidentificação étnica

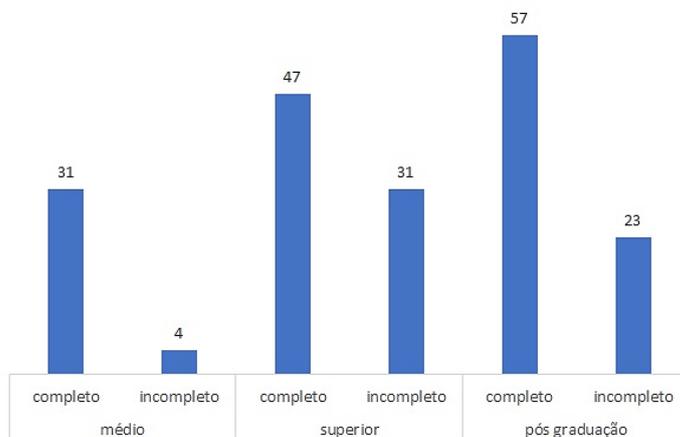


Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 4, pizza, representa: em azul, 50% das pessoas se consideram brancas; em laranja, 27% se consideram pretas; em cinza, 18% se consideram pardas; em amarelo, 2% se consideram indígenas; em azul claro, 2% não quiseram responder; em verde, 1% optaram por marcar a opção “outro”.

Escolaridade. Os que têm escolaridade superior ou pós graduação são mais de 80% da amostra. É notável a inexistência de respostas indicando ensino fundamental.

Gráfico 5 – Escolaridade

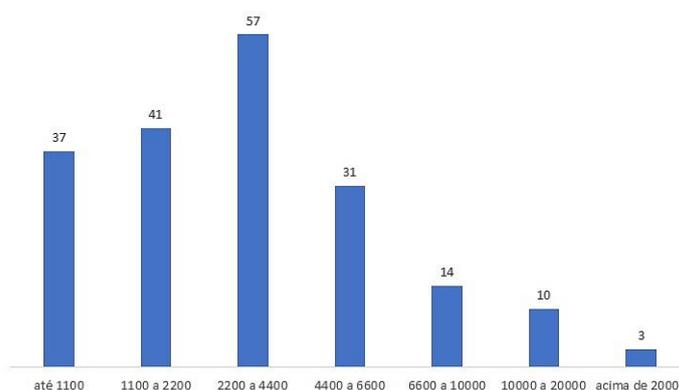


Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 5, de barras verticais azuis, mostra a escolaridade: 35 pessoas têm até o nível médio, sendo 4, incompleto; 78 pessoas têm até o nível superior, sendo 31, incompleto, e 80 pessoas têm até a pós graduação, sendo 23, incompleta.

Renda. Uma parcela considerável da amostra (40%) tem renda mensal até 2 salários mínimos (2.200 reais); a maioria dos que responderam (70%) tem renda mensal até 4 salários mínimos (4.400 reais).

Gráfico 6 – Renda mensal



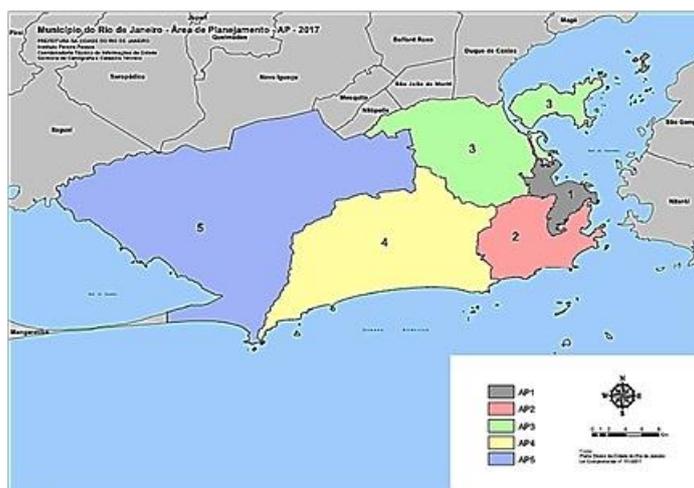
Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 6, de barras verticais azuis, mostra a renda mensal média: 37 pessoas recebem até 1.100 reais; 41 pessoas ganham entre 1.100 e 2.200 reais; 57 pessoas recebem entre 2.200 e 4.400 reais, 31 pessoas ganham entre 4.400 e 6.600 reais. 27 pessoas ganham acima de 6.600 reais

Local de moradia. Cabe antes distinguir entre o local de moradia do agente cultural, a sede do coletivo e o local de atuação profissional, seja do agente individual, seja do coletivo.

A cidade do Rio de Janeiro é dividida em cinco áreas de planejamento (APs):

Mapa 1: Áreas de Planejamento (AP) do Município do Rio de Janeiro



Fonte: www.data.rio. Acesso em 28/10/2022.

Leitura acessível: o mapa representa, em cinza, a AP1; em rosa, a AP2; em verde, a AP3; em amarelo, a AP4 e em azul, a AP5. O território é delimitado pelas águas do oceano Atlântico, em azul claro, e pelos municípios vizinhos, da região metropolitana, em cinza claro.

A AP1 engloba os bairros do centro e a Ilha de Paquetá; na AP2 estão os bairros da Zona Sul e mais alguns da Zona Norte, como a Tijuca e Vila Isabel; a AP3 compreende a maior parte da região Norte e a Ilha do Governador. A Zona Oeste da cidade está dividida nas APs 4 e 5, sendo que a AP 4 inclui a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, e na AP5 estão bairros populosos como Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

Entre os que responderam, de acordo com as áreas de planejamento (AP), tivemos: 17,1% da AP 1, 45,1% da AP 2, 12,4% da AP 3, 8,3% da AP 4 e 13% da AP 5. Por outro lado, do total dos respondentes, quase 22% moram em área de risco ou favelas.



Quando se começou a falar sobre essa questão da territorialidade [...], eu achei uma super oportunidade de trazer no bojo a questão racial também [...], só que o território não resume à questão do racismo. A gente

precisa, sim, fazer o recorte fenotípico para que a gente consiga acessar essas pessoas, porque o racismo, ele acontece na zona oeste, na zona sul, na zona centro. Ele é territorializado e em todos os territórios, então não adianta você selecionar as pessoas da Zona Oeste acreditando que com isso eu vou alcançar as pessoas pretas da Zona Oeste.

(FORTUNATO, 2022).

Ainda quanto à moradia, cabe uma observação: seis pessoas (3,1%), que declararam atuar na cidade, mas residir em outros municípios, foram consideradas como parte da amostra, mas excluídas nas análises específicas referentes à territorialidade.

Acessibilidade. Dez pessoas com deficiência responderam ao questionário, o que corresponde a 5% das respostas válidas obtidas na amostra. Esse grupo de agentes culturais é composto por:

01 pessoa com deficiência múltipla:
monoparesia superior e baixa visão.



Leitura acessível: A fita quebra-cabeça é um símbolo internacional, é um laço colorido que representa o mistério e a complexidade da pessoa com espectro do autismo.

02 pessoas com transtornos:

01 com espectro do autista

01 com transtorno bipolar;

04 pessoas com deficiência sensorial:

02 com baixa visão



Leitura acessível: O olho, em uma perspectiva parcial com traços coloridos, é um símbolo que representa a baixa visão.

01 com óculos de grau

01 com deficiência na fala;



Leitura acessível: A gráfia é um desenho de linhas e curvas conexas e concâvas na cor alaranjada. É um símbolo que representa a deficiência na fala.

03 pessoas com deficiência física

01 com deficiência motora



Leitura acessível: A grafia é um desenho branco no fundo azul, que representa uma pessoa sentada numa cadeira de rodas em movimento. É um símbolo que se refere à ausência de barreiras físicas.

01 com poliomielite

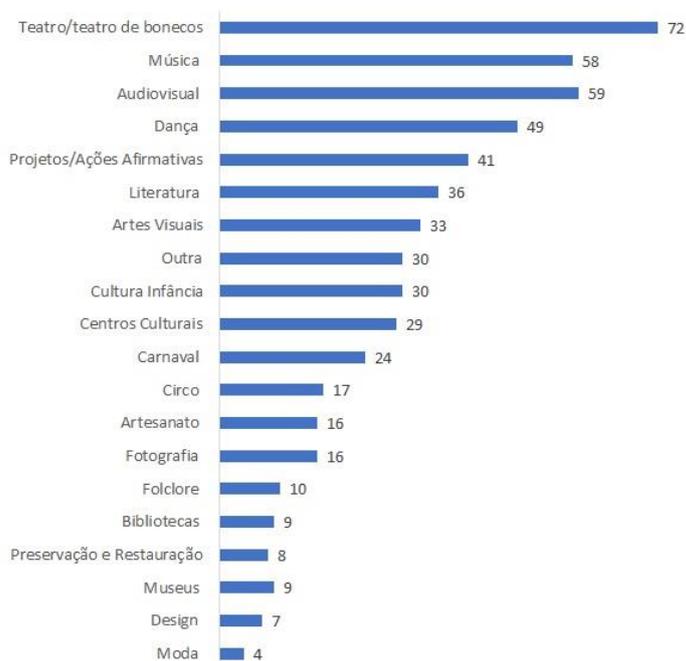
01 com tetraparesia espástica leve

Importa registrar que cerca de 45 milhões e 600 mil pessoas com deficiência vivem no Brasil segundo o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Área de atuação individual e coletiva – na discussão da LAB municipal foi inicialmente definida uma classificação das áreas de atuação. No entanto, na aplicação dos Incisos II e III houve algumas alterações, entre as quais: no Inciso II, foram inseridas Cultura Popular e Patrimônio Histórico e cultural, que não constam com esses nomes no Inciso III; neste, as Ações Afirmativas entraram como área de atuação, enquanto no Inciso II elas constituíram um dos critérios de seleção.

Área de atuação individual. Na pergunta do questionário relativa a este tema, utilizamos a mesma classificação adotada nos editais do Inciso III da LAB municipal.

Gráfico 7 – Área de atuação individual



Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 7, de barras horizontais azuis, mostra a área de atuação de cada pessoa: a maioria é do teatro, incluindo teatro de bonecos (72 respostas); audiovisual teve 59 respostas e música teve 58. A dança teve 49 e os projetos de ações afirmativas, 41. Literatura, artes visuais, cultura infância, centros culturais e outras têm respostas próximas logo abaixo dessas.

Entre os respondentes do questionário, a maioria integra um coletivo (61%). No entanto, é importante refletir sobre a fala de Guenzburger (2021) a respeito da dinâmica no ramo teatral:



O grupo de teatro no Rio é uma coisa que não se fixou, né? Porque a característica do edital eventual, de fomento para projetos de eventuais, ela não favorece os

grupos. Então os grupos da minha fase, da minha época, por exemplo, dos anos noventa, eles acabaram se transformando. O meu também, por um dado momento, mas outros bem mais, que se tornaram captadores de recursos, especialistas em editais, empresas especialistas. Alguns vivem até hoje dessa maneira, como especialista de passar em edital, né? Então isso não forma um grupo. O que forma um grupo é uma sede, é um trabalho continuado.

(GUENZBURGER, 2021)

Das 20 áreas de atuação definidas para os editais do Inciso III da LAB, 19 se referem a contextos de expressões culturais/ artísticas/ equipamentos, e uma, aos Projetos de Ações Afirmativas. Esta opção aparece em 5º lugar nas áreas individuais de atuação, como vemos no gráfico 7. Cabe refletir se esta escolha pode representar uma outra composição na definição das áreas de atuação na cidade, isto é, há grupos e fazedores de cultura que realizam atividades de teatro, dança, música, etc., e que, em função do tipo de atividade ou do público que atendem, identificam suas práticas com as Ações Afirmativas e não com as linguagens específicas.

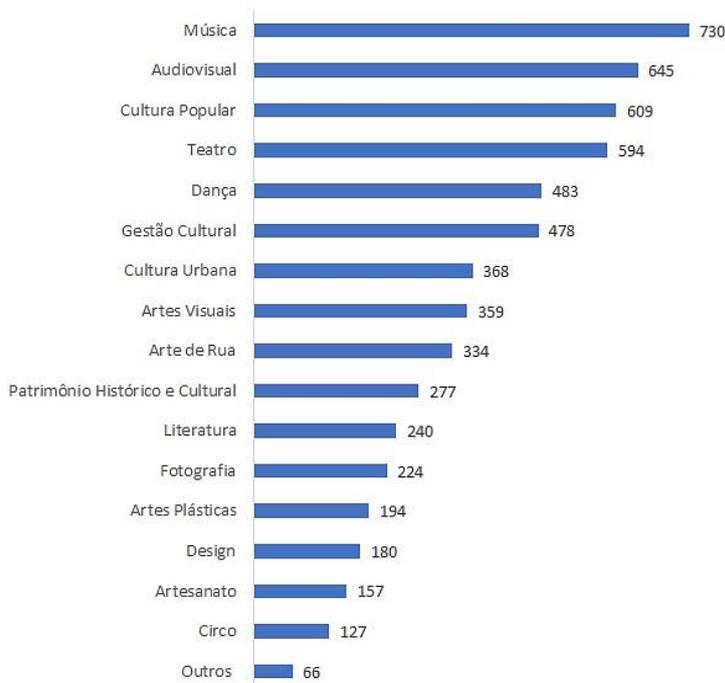


[...] as outras linguagens todas têm muita oportunidade, têm muita vaga, e para o principal, de cultura antirracista, é o quê? Dois projetos? Quando se fala de colocar cotas para os outros segmentos: “Ah, vamos esperar para ver como é, vamos ver o próximo ano, porque o próximo ano, nós vamos dialogar mais profundamente...” Então a gente vê sempre assim, colocando o negro nesse lugar do eterno teste, da eterna experimentação, para não haver garantia de nada, e o adiamento...

(FORTUNATO, 2022).

Área de atuação coletiva. A informação constante do gráfico a seguir foi extraída dos dados cedidos pela SMC-RJ referentes ao Inciso II da LAB, no qual as Ações Afirmativas foram consideradas como um dos critérios, e não como área de atuação.

Gráfico 8 – Área de atuação coletiva



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 8, de barras horizontais azuis, mostra a área de atuação dos coletivos que foram apoiados no Inciso II da LAB: a maioria é de música (730 respostas), seguida pelo audiovisual, com 645 respostas. Depois vem a Cultura Popular (609 respostas) e, bem próximo, o teatro, com 594 respostas. A dança vem a seguir, com 483, a Gestão cultural, com 478. Cultura Urbana teve 368. Com menos respostas, vêm as Artes Visuais, Arte de Rua, Patrimônio Histórico e Cultural, Literatura, Fotografia, Artes Plásticas, Design, Artesanato e Circo. Não foi possível alinhar nessas categorias 66 das respostas, que foram consideradas como Outros.

Na análise dos dados referentes às áreas de atuação coletiva, nos deparamos com uma grande variedade de respostas dadas pelos agentes à SMC-RJ. Percebemos que, além de uma lista de opções, eles tiveram espaço para descrever suas atividades, o que fez com que optássemos por agrupar essas respostas nas áreas de atuações similares definidas pela Secretaria.



É uma potência, se eu não tivesse visto o trabalho, eu não saberia que seriam 258 rodas de samba na cidade em praça pública. É um número absurdo. Isso é um ativo cultural da cidade. E como é que você faz para trabalhar isso, esse ativo cultural? [...] você tem que ter um escritório de projetos, que a secretaria não tem, para dar suporte a essas estruturas.

(CORREA, 2021)

É uma grande geradora de renda e emprego. Ela [a indústria criativa e o audiovisual] também é forte na área de exportação. A cadeia produtiva, por exemplo, do cinema, atinge áreas como arquitetura, dança, música...

(MARCONDES, 2021)

No gráfico 8 verifica-se que a música predomina, seguida pelo audiovisual. Interessa notar que Cultura Popular - onde consideramos Escolas de Samba e Blocos de carnaval - atinge o 3º lugar, escolha que não foi apresentada no questionário porque não constava entre as opções dos editais do Inciso III da LAB. Essa posição confirma dados do IBGE (2014) [5] na qual a Cultura Popular se encontra como a segunda atividade cultural mais desenvolvida nas cidades brasileiras. Teatro e Dança ocupam respectivamente a 4ª e a 5ª posições.



É um público bem complexo, né? E bem diverso, ainda mais se a gente for olhar para essas várias danças. [...] A gente [tem que] parar de se referir à dança no singular. São muitos movimentos de dança que têm que conviver, e as políticas públicas têm que olhar pra isso.

(TOURINHO, 2021)

Na perspectiva mencionada por Tourinho (2021), caberia abrir uma reflexão frente à hegemonia das linguagens artístico-culturais que se manifesta quando são usadas expressões como “artes cênicas”, por exemplo, que restringem as múltiplas

formas de dança às que são cênicas, isto é, as danças clássica, moderna e contemporânea.



Toda a equipe, 80, 90 [pessoas], ainda tem a equipe de montagem de cenário. Às vezes tem que ir com caminhão, com dois caminhões, os efeitos, com iluminação, com fumaça, com papel picado. [...] Esse universo é pouco conhecido, e são organizações familiares, geralmente é um mestre que é dono de uma quadrilha [...] São 4 ou 5 danças por noite, é quase um teatro mambembe andando para lá e para cá, vai para a Baixada, faz um condomínio na Barra, vai para Niterói, numa noite só...

(BATISTA, 2021)

Ações Afirmativas



[...] um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos, caracterizando o que o movimento negro define como 'genocídio da população negra'.

(BENTO, 2022, p. 50).

E aí, ainda que não queiram aceitar, é isso, não adianta a gente romantizar que a gente cantando o funk X ou Y, que a gente vai ser bem tratado. Existe uma questão aí, central, que para mim é a questão raça. É quem faz, é quem tá fazendo a parada. E a gente nasce bem no processo das UPPs no Rio de Janeiro e a primeira coisa que a Capitã Priscila [...] diz numa entrevista no RJTV para todo mundo ouvir, é que primeira ação da polícia foi apreender a equipe de som do Santa Marta, que enquanto ela estivesse no Santa Marta, não teria a realização de eventos funk. Isso naturalizou-se, ninguém questionou: “Mas como, assim? Por quê? Mas qual é o funk? É o funk antigo ou putaria?” Ela falou: Funk. Esse foi o entendimento.

(BARCELLOS/Mc Mano Teko, 2021)

Importa compartilhar que a perspectiva das Ações Afirmativas na LAB, durante a gestão do Prefeito Marcelo Crivella, só foi possível em função da metodologia adotada pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais no processo de discussão sobre a aplicação municipal da lei. Como relatado no artigo apresentado no Encontro de

Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), em agosto de 2022, o Conselho Municipal teve, no período entre 2018 e 2020, um papel fundamental no controle, na mediação e na regulação da aplicação dos recursos da LAB na cidade.

(link:

<http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/138999.pdf>).

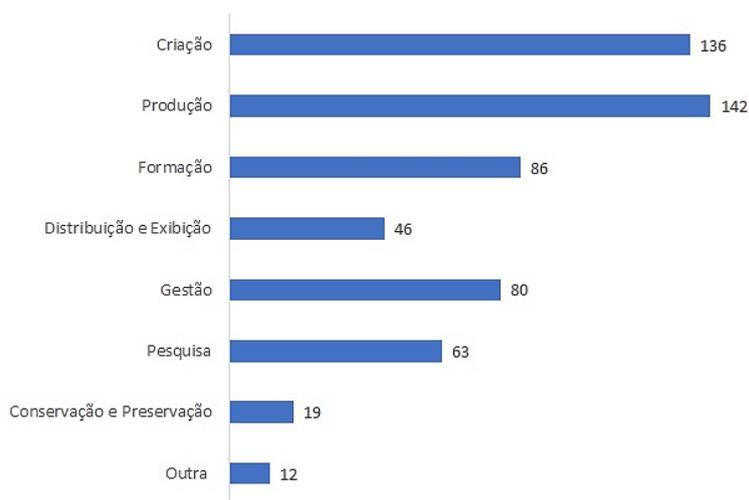
A iniciativa de mobilização buscou atender a uma reivindicação de controle social com envolvimento da sociedade civil organizada, priorizando a escuta nos cinco territórios da cidade. O processo de levantamento de propostas iniciou os encontros com a AP 5, seguida da AP 4, AP 3, AP 2, AP 1, de modo a respeitar as urgências da cidade e ouvir primeiramente as áreas historicamente excluídas.

Este processo contou com o apoio da pasta da cultura, que disponibilizou a equipe da SMC-RJ para as reuniões de escuta popular cumulativa através de *lives* territoriais.

Entre os itens levantados, destacam-se as Ações Afirmativas como critério para o Inciso II, legitimando a cultura em uma perspectiva comunitária e antirracista. O objetivo era assegurar que o mecanismo emergencial chegasse mais longe e atendesse ao maior número possível de contemplados. Mais do que nunca, importava a distribuição dos recursos por todos os territórios, rompendo com a concentração que tem caracterizado as políticas na cidade (ROCHA, 2020). Além disso, afirmou-se a necessidade de uma larga rede de divulgação, envolvendo tanto o Cadastro de Pessoas Físicas como o de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais.

Etapa da cadeia produtiva. Retomando os dados do questionário, observa-se que a maior parte dos que responderam se situa, individualmente, nas etapas de Criação e Produção. Muitos agentes se dedicam à Formação e à Gestão; também é interessante notar um grande número de pessoas voltadas para a pesquisa. [6]

Gráfico 9 – Etapa da cadeia produtiva



Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 9, de barras horizontais azuis, mostra a etapa da cadeia produtiva em que se insere a atuação do respondente: a etapa de criação teve 136 respostas, a etapa de produção teve 142; a formação teve 86; a etapa de distribuição e exibição teve 46 respostas; gestão teve 80 respostas; a etapa de pesquisa teve 63 respostas; a etapa de “conservação e preservação” teve 19 respostas. 12 pessoas marcaram a opção “outra”.

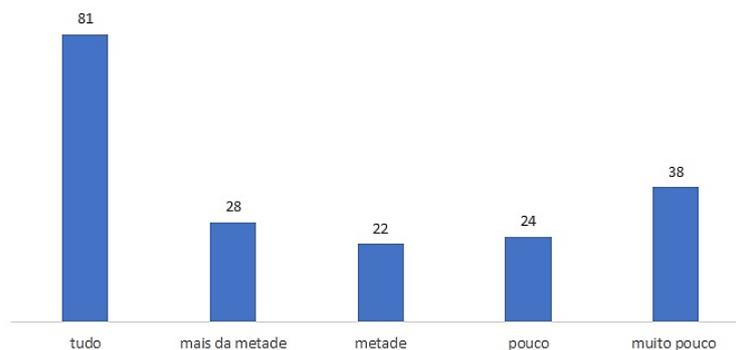


Quando a gente fala de samba, quando se fala da cultura do sambista, só se pensa em baiana, mestre-sala, passista, porta-bandeira, ala de criança... e não são só esses sambistas. Porque para aquelas pessoas estarem ali, existem as pessoas que preparam figurino no carnaval, que eles que fazem [...]

(CANDEIA, 2021)

Relação renda / atividade cultural. Para 68% dos que responderam, as atividades culturais representam metade ou mais de suas rendas. Já sobre a parcela de tempo dedicado ao fazer cultural, a grande maioria dos que responderam (80%) afirmou que se dedica o ano todo à cultura.

Gráfico 10 - Relação renda / atividade cultural



Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 10, de barras verticais azuis, mostra que para a maioria dos respondentes (81), a atividade cultural representa toda a sua remuneração; para 28 pessoas ela representa mais da metade; para 22, é a metade; para 24 pessoas, a atividade cultural representa pouco no total de sua remuneração, enquanto para 38 dos respondentes ela representa muito pouco da sua remuneração total.

A qualidade destas respostas se verifica também no Inciso II da LAB, cujo formulário continha a informação sobre o “Status da atividade: Principal (maior fonte de renda/ profissão) ou Secundária (renda extra, ou prática sem fins lucrativos como lazer)”. Ao analisarmos aquele instrumento verificamos que, para a maioria dos proponentes (87%), a atividade cultural representa a maior fonte de renda, enquanto para apenas 13% ela era secundária.

Formalização. Ainda entre os 1.510 beneficiados pelo Inciso II da LAB, a partir dos dados cedidos pela SMC-RJ verificamos que aproximadamente dois terços dos proponentes tinham CNPJ e um terço do total dos proponentes, não, como consta no primeiro boletim desta pesquisa.

(link: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/>).

Essa questão, que atravessou fortemente as discussões sobre a implementação da LAB na cidade e reaparece a cada novo edital lançado pela SMC-RJ, será discutida mais adiante.

Nos gráficos 11 e 12 a seguir, construídos a partir das inscrições no Inciso II da LAB, vemos que uma das muitas diferenças entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica se expressa, por exemplo, na viabilização financeira. O formulário perguntava sobre as formas pelas quais os proponentes antes financiavam suas atividades e quais delas permaneceram durante a pandemia. O instrumento da prefeitura propunha respostas fechadas, mas também dava espaço para complementos. No processamento, verificamos o conjunto de respostas abertas e procuramos enquadrá-las nas categorias mais próximas.

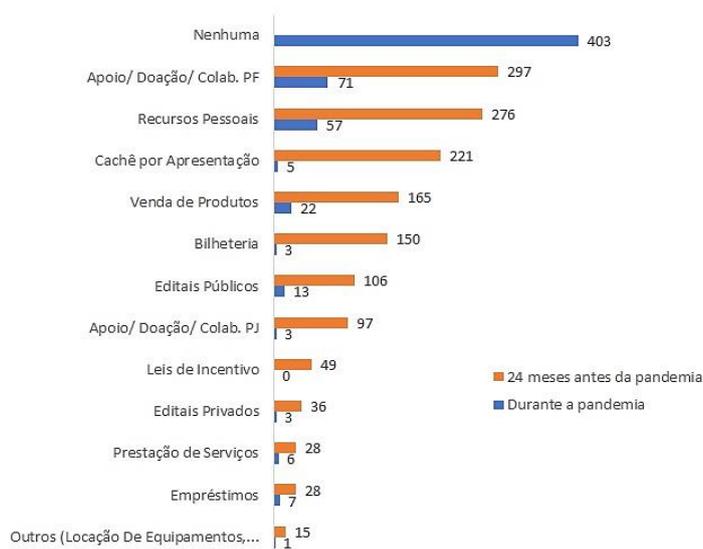


A gente tem uma discrepância salarial muito grande [...] porque, por exemplo, quando a gente está num musical, a gente tem um iluminador, [...] e a gente tem o cara que é contrarregra, que ganha, sei lá, 15 vezes, 20 vezes menos, as diferenças são mais gritantes. [...] Então, quando tem um momento pandêmico como esse, é nítido quem vai sofrer primeiro. [...] a gente viu muitos colegas técnicos que no mês seguinte já não tinham como se alimentar.

(BREDA, 2021)

Para os proponentes PF que foram beneficiados, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 11 – Formas de viabilização financeira – PF

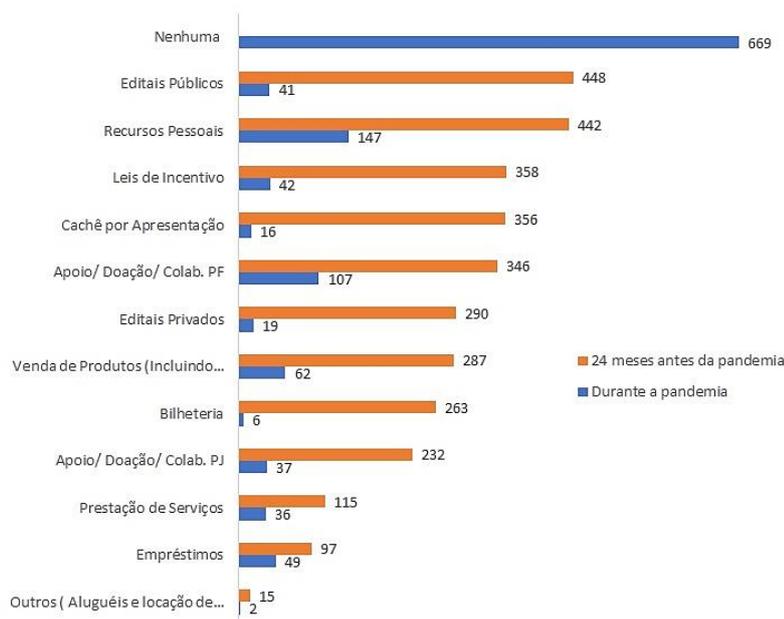


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 11, de barras horizontais laranjas e azuis, mostra as formas de viabilização de proponentes PF ao Inciso II da LAB. As barras laranjas se referem aos 24 meses anteriores ao momento de inscrição e as barras azuis indicam se alguma daquelas formas se manteve durante a pandemia do covid-19. Para esta pergunta, sobressai a resposta de maior incidência: 403 proponentes disseram que “Não, no momento nos encontramos sem qualquer tipo de recurso para manutenção da instituição/ entidade/ coletivo.” Antes da pandemia as formas mais apontadas eram: Apoio/doação/colaboração de Pessoas Físicas (297 respostas), Recursos pessoais (276), Cachê por apresentação, (221), Venda de produtos (165) e Bilheteria (150). Durante a pandemia, essas formas caem para 71, 57, 5, 22 e 3 respostas. Respostas menos indicadas foram: Editais públicos, Apoio/doação/colaboração de PJ, Leis de incentivo, Editais privados, Empréstimos, Prestação de serviços e Outros (Locação de equipamentos, emendas parlamentares, etc.)

Já os proponentes PJ que foram beneficiados deram as seguintes repostas:

Gráfico 12 – Viabilização financeira – PJ



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 12, de barras horizontais laranjas e azuis, mostra as formas de viabilização de proponentes PJ ao Inciso II da LAB. As barras laranjas se referem aos 24 meses anteriores ao momento de inscrição e as barras azuis indicam se alguma daquelas formas se manteve durante a pandemia do covid-19. Para esta pergunta, destaca-se a resposta de maior incidência: 699 proponentes disseram que “Não, no momento nos encontramos sem qualquer tipo de recurso para manutenção da instituição/entidade/coletivo.” Antes da pandemia as formas mais apontadas eram: Editais Públicos (448 respostas), Recursos pessoais (442), Leis de incentivo (358), Cachê por apresentação (356), Apoio/doação/colaboração de Pessoas Físicas (346). Durante a pandemia, essas formas caem para 41, 147, 42, 16 e 107 respostas.



[...] a gente faz bingo, a gente fecha a rua, faz evento para poder sobreviver, a gente não tem subvenção, a gente não está esperando a Rede Globo liberar um dinheiro para começar os nossos figurinos. A gente termina um ano projetando o próximo. [...] a gente é que se banca, é cenário reaproveitado, tudo artesanal, são coisas produzidas pela própria galera, é mutirão virando noite para o figurino ficar pronto...

(BATISTA, 2021)

Os gráficos anteriores ajudam a entender o modo de vida de muitos agentes culturais cariocas. O proponente PF que representa um coletivo é menos estruturado do que aquele que é PJ, conta com uma organização mais reduzida e volátil, de modo geral tem menos condições de planejamento de longo prazo e conta com menos recursos, tanto para a realização de suas atividades, de menor porte, quanto para fazer frente a dificuldades como a pandemia.

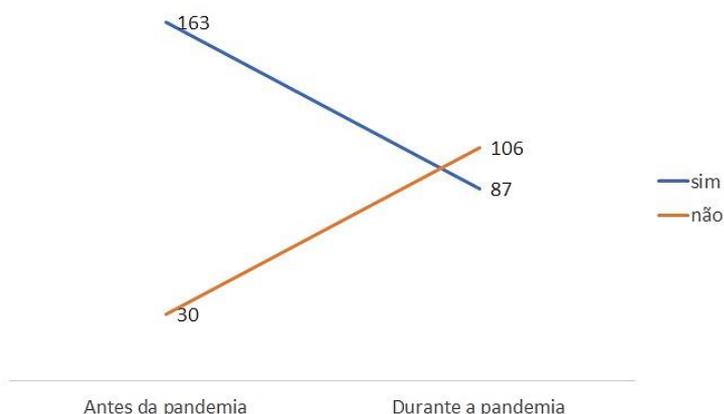
Ao comparar os gráficos 11 e 12 notamos que o proponente PJ tem como forma mais utilizada os Editais públicos enquanto a PF utiliza em primeiro lugar o apoio/ doação/ colaboração de PF, que também é um recurso para PJ, mas com uma prioridade menor (em 5º lugar). Ambos têm recursos pessoais como segunda opção, o que nos fala da imensa fragilidade do setor.

Por outro lado, enquanto PJ tem leis de incentivo como 3ª forma mais indicada, para PF é uma das últimas. A opção “Cachê por apresentação” aparece como opção para ambos, mas com prioridades distintas (3ª para PF e 4ª para PJ). É de se destacar o quão pouco os proponentes PJ dependem hoje da bilheteria: enquanto para PF essa forma está em 5º lugar, para PJ ela aparece apenas na 8ª indicação. Também é interessante notar a força do consumo, pois nos dois casos, a venda de produtos é preponderante em relação à bilheteria.

Algumas das perguntas constantes do questionário também permitem ter uma ideia das dificuldades vividas pelos agentes culturais antes e durante a pandemia.

Eventos - houve uma queda grande na realização de eventos: mais que triplica o número dos que não fazem, enquanto cai em cerca de 47% os que realizam.

Gráfico 13 – Promoção de eventos



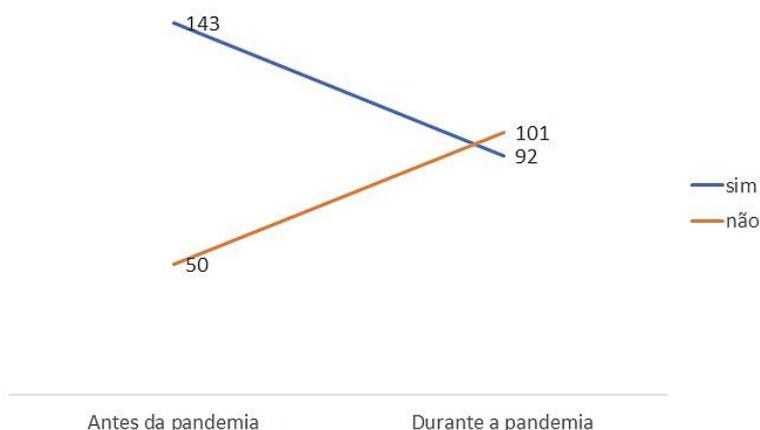
Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 13 tem duas linhas que se cruzam, mostrando uma queda na realização de eventos antes e durante a pandemia: na linha azul, 163 pessoas disseram que realizavam eventos antes da pandemia, número que cai para 87 durante a pandemia. Na linha laranja, o número de pessoas que não realizavam eventos antes da pandemia era 30 e, durante a pandemia, esse número subiu para 106.

Quanto ao alcance de público na mudança da modalidade presencial para a virtual, percebe-se uma variação na aferição por parte dos agentes: os que consideram que o público aumentou e os que acham que diminuiu quase se equivalem, sendo que 15% declaram não saber.

Atividades de formação - também se verifica uma queda significativa na realização dessas atividades: dobra o número dos que não realizam, enquanto cai em cerca de 36% os que realizam.

Gráfico 14 – Atividades de formação



Fonte: Questionário CLAE/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 14 tem duas linhas que se cruzam, mostrando uma queda na realização de atividades de formação antes e durante a pandemia: na linha azul, 143 pessoas promoviam cursos antes da pandemia e 92 promoviam durante a pandemia. Na linha laranja: o número de pessoas que não realizavam essas atividades dobrou: eram 50 antes da pandemia e, durante a pandemia, esse número subiu para 101.

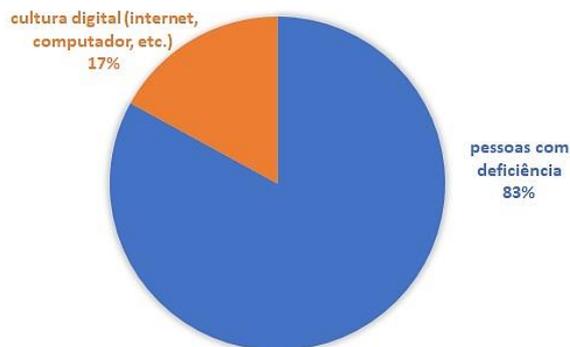
Quanto ao alcance de público na mudança da modalidade presencial para a virtual, percebe-se uma variação na aferição: os que consideram que aumentou e os que acham que diminuiu se equivalem. Além disso, 20% não soube responder se houve aumento ou redução. Ou seja, faltam instrumentos que apoiem a percepção do público por parte do agente cultural.



Leitura acessível: seis símbolos/ iconográficos de acessibilidade com imagens brancas no fundo azul. Três compõem a primeira linha, representando: o acesso físico, material em Braille e com letra ampliada. Outros três, na linha de baixo, são: o símbolo para sistemas de audição, Língua Brasileira de Sinais e legenda oculta.

Recursos de acessibilidade. Dos 87 agentes que fizeram eventos *online* na pandemia (gráfico 13), aproximadamente 43% usaram recursos de acessibilidade, sendo que parte desses recursos era para pessoas com deficiência (PCD) e outra parte, para cultura digital:

Gráfico 15 – Recursos de acessibilidade



Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 15, pizza, representa, para os que realizaram eventos online na pandemia e usaram recursos de acessibilidade: em azul, 83% usaram recursos para pessoas com deficiência; em laranja, 17% usaram recursos voltados para a cultura digital (internet, computador, etc.)

Uma mesma pessoa pode ter feito uso de diferentes recursos para PCD. Nas respostas ao questionário foram apontados os seguintes:

Gráfico 16 - Recursos Assistivos



Fonte: Questionário CLAEC/ OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico 16, dos recursos assistivos tem três símbolos/ iconográficos de comunicação, desenhados em azul no fundo branco, que são alguns recursos de acessibilidade: 6 pessoas usaram AD – áudio descrição, que revela as imagens para as pessoas cegas e com baixa visão; 24 pessoas usaram tradutor de Libras, é o desenho que representa um par de mãos sinalizando Libras; 6 pessoas usaram CC – legenda descritiva ou serviço de closed caption.



O "Antimanual Anticapacitista" é criado para alunos, discentes com deficiência, cotas: um programa metodológico, um trabalho importante de acessibilidade programática e metodológica no campo universitário. As agendas iniciaram o trabalho com os alunos deficias... aí veio a pandemia, um terremoto, e todos lidam como se nada tivesse acontecido...

(PROTÁSIO/ Severa Paraguaçu, 2021).

Na análise da LAB e demais políticas culturais, é importante ampliar o debate quanto ao público irrestrito, ou seja, quanto à não exclusão e às condições necessárias para a presença de pessoas com deficiência no desfrute artístico-cultural. Para isso, se faz necessário distinguir entre os recursos que garantem um maior acesso cultural

a todas as pessoas e aqueles recursos mais específicos que possibilitam a fruição por parte de pessoas com deficiência (PCD). Entre estes, temos áudio descrição, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e legendas.

[...] a gente ainda falta muito aproximar, por exemplo, corpos outros, porque a gente tá falando de raça, gênero e sexualidade, mas a gente não fala sobre corpos PCD, sobre acessibilidade, a gente acha que acessibilidade é colocar uma rampa, a gente acha que acessibilidade é fazer libras...

(BRANDÃO, 2021)

O Rio de Janeiro é uma das cidades pioneiras com ações do Artes Sem Barreiras (1990-2006), um programa realizado pela Funarte/Ministério da Cultura. [7] Entretanto, cabe questionar de que modo as pessoas com deficiência se inserem na construção direta da política pública de cultura.



Como produtor, não participei da Lei Aldir Blanc, mas do assédio para ler escritas de acessibilidade em projeto para o edital LAB.

(PROTÁSIO/Severa Paraguaçu, 2021).

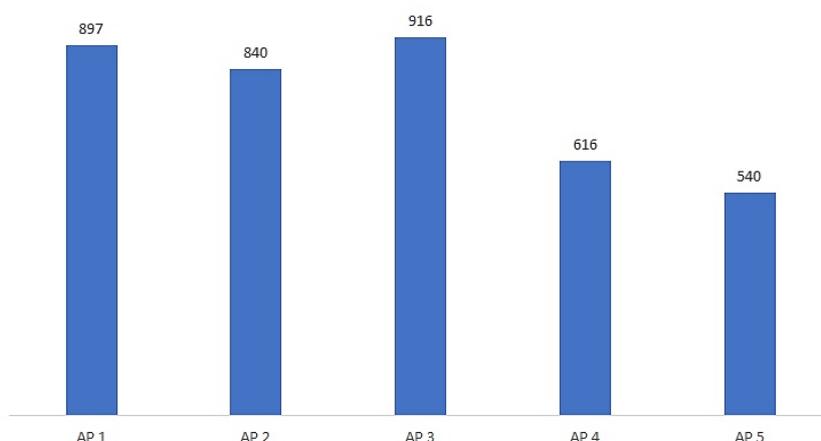
Este relato ressalta a ausência de implicação dos agentes culturais da cidade com as práticas de acessibilidade cultural, sobretudo no que tange à presença da pessoa com deficiência nas equipes e também em relação aos conteúdos artísticos para fruição estética. Esse despreparo pode ser visto como uma necessidade formativa para os agentes culturais quanto ao reconhecimento e aos modos de produção das pessoas com deficiência no campo cultural.

No momento, “aleijar” práticas sem acessibilidade é uma urgência necessária e, nessa perspectiva crítica, esta pesquisa pretende despertar para a redução de desigualdades que reverberem em mudanças e análises interseccionais relativos aos modos de existir da pessoa com deficiência.

Área territorial de atuação. O primeiro boletim desta pesquisa, voltado para a análise do Inciso II da LAB, revela as áreas territoriais de atuação profissional dos proponentes segundo as áreas de planejamento (AP) da cidade. O gráfico abaixo, extraído da publicação, permite verificar as incidências, lembrando que a questão permitia mais de uma resposta.

(link: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/>).

Gráfico 17: Área territorial de atuação



Fonte: Observatório das Metr6poles, 2022.

Leitura acessível: O gráfico 17 tem barras verticais azuis referentes às 5 áreas de planejamento, com rótulos numéricos. Segue em forma montanhosa, com dois picos referentes às barras de maior valor. Começa no pico de valor 897 na AP1, com queda na AP2 (840 respostas) e chegando ao maior pico, de 916 na AP3, e caindo conforme segue para AP4 e AP5.

Nos instrumentos que serviram para a implementação da LAB na cidade do Rio de Janeiro (Inciso II e editais do Inciso III), um dos destaques referiu-se à promoção de ações afirmativas. A SMC-RJ definiu diversos públicos [8] e foi atribuída uma pontuação de acordo com a quantidade de grupos atendidos (por exemplo: LGBT, negros, mulheres, pessoas com deficiência.)



O centro da parada é a questão racial [...] Até ali, a gente falava sobre o funk, que o funk é questionado pelo Estado, criminalizado pela sociedade, pela mídia, e tal. [...] Aí a gente entende por quê que a gente é

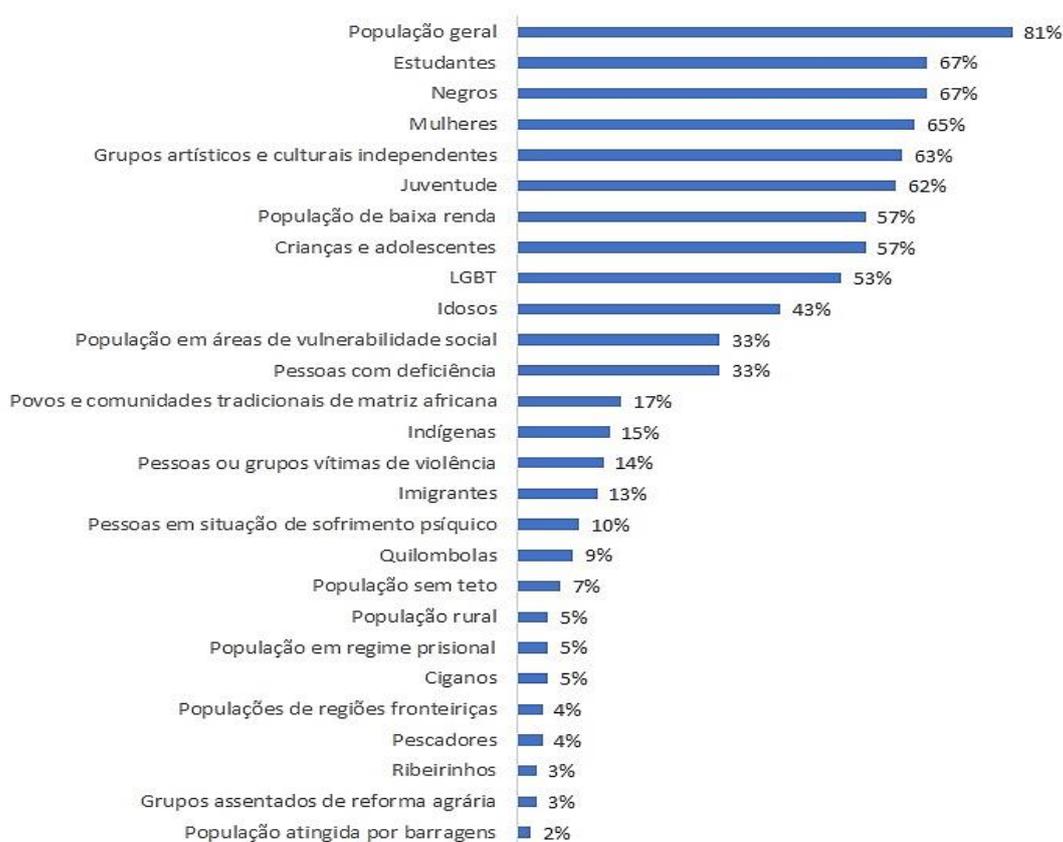
criminalizado. [...] Não falou em funk. Eu tinha aquela coisa assim: já ouvi alguém da capoeira falando isso, já ouvi alguém do samba falando isso... eu sou um cara do Axé, eu sou do Candomblé e aí eu escuto a fala deles [...] E aí, o que é que tem comum? O funk, a capoeira, o samba, as religiões de matriz africana, se não a questão racial em comum?

(BARCELLOS/Mc Mano Teko, 2021)

Naquele primeiro boletim analisamos a incidência desse critério no Inciso II e verificamos que, entre os 1.510 proponentes apoiados, 443 declararam realizar ações afirmativas que atendiam de 3 a 5 diferentes grupos de público.

O gráfico 18 a seguir, extraído dessa publicação, revela o percentual de proponentes que atende cada grupo de público. Cabe ressaltar a grande diversidade dos públicos atendidos pelos proponentes contemplados, abrangendo um total de 27 grupos. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2022).

Gráfico 18: Percentuais dos grupos atendidos em ações afirmativas pelos proponentes



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2022.

Leitura acessível: O gráfico 18, com barras horizontais azuis, lista do lado esquerdo os 27 grupos de público, iniciando com os grupos de maiores valores, entre 80% e 60%, como População em geral e Juventude. Os tamanhos das barras, que vão diminuindo, representam valores que estão decrescendo progressivamente até os grupos que são atendidos por menos proponentes, atingindo patamares de 4% a 2% - Pescadores, Ribeirinhos, Grupos assentados por reforma agrária e Populações atingidas por barragens.



Então quando chego para o secretário e digo: “Secretário, coloque 20% de cota para as pessoas negras de maneira transversal”, ele sabe que vai ter que tirar 20% de “não-sei-quem”. E esse “não-sei-quem” é quem apoia ele lá. Ele não quer comprar essa briga que, no fundo, no fundo, vai servir para ele também [...]. Ele pode até não ser racista, ele pode até não ter nada contra pretos, mas ele tem a favor dele. E tem a favor

dos que são “os dele”. E se a favor dele é ser contra mim, que sou preto, ele vai me embarreirar. E a gente entra numa luta muito pior, que é a questão do privilégio [...]. As pessoas, quando estão no seu privilégio, que motivos elas têm para abrir mão dele?

(FORTUNATO, 2022).

B) Políticas Culturais e Participação



[...] e a gente sabia que os espetáculos da LAB iam ser todos online e que não iam ter técnicos. Era esse nosso grande argumento [...] o cara vai ligar um abajur sozinho na casa dele, assim a gente tava vendo já no início das lives, e a gente via as pessoas fazendo espetáculo no Instagram sem técnicos, sem figurinista, sem... [...] Essas pessoas estão há 40 anos na profissão, elas não começaram ontem. E a gente via também que o teatro era o mais afetado disso tudo, por mais que a gente tenha técnicos ali que trabalham em cinema e audiovisual e tal ...

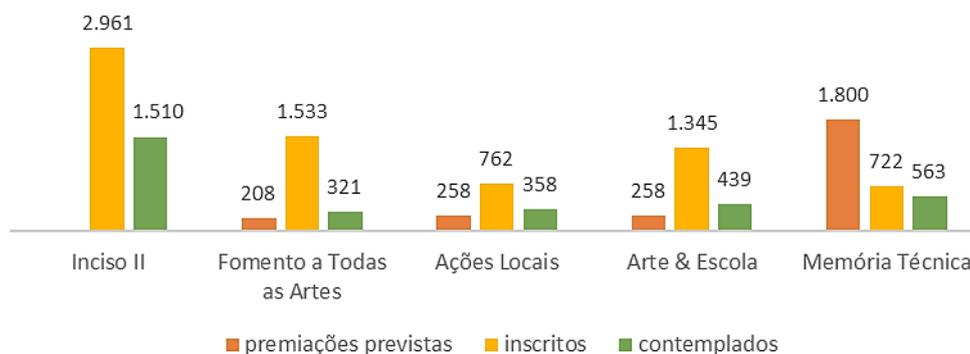
(GOMIDE, 2021)

A LAB na cidade do Rio de Janeiro

A aplicação da LAB no município contou com ampla participação dos agentes, em um inédito diálogo com a SMC-RJ. No artigo apresentado no XVIII ENECULT, em agosto de 2022, desenvolvemos uma análise preliminar desse processo.

(link: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/138999.pdf>)

Gráfico 19 – Número de projetos/agentes culturais no Inciso II e editais do Inciso III



Fonte: ROCHA et al., 2022.

Leitura acessível: O gráfico 19, de barras coloridas, mostra o número de proponentes previstos, inscritos e contemplados no Inciso II e em cada edital do Inciso III. Para o Inciso II: em amarelo, 2.961 inscritos e, em verde, 1.510 contemplados. Para o edital de Fomento a Todas as Artes: em laranja, 208 previsto; em amarelo, 1.533 inscritos e, em verde, 321 contemplados. Para o edital de Ações Locais: em laranja, 258 previstos; em amarelo, 762 inscritos; em verde, 358 contemplados. Para o edital Arte & Escola: em laranja, 258 previstos; em amarelo, 1.345 inscritos; em verde, 439 contemplados. Para o edital Memória Técnica: em laranja, 1.800 previstos; em amarelo, 722 inscritos e, em verde, 563 contemplados.

Extraído do artigo citado, o gráfico 19 revela, por um lado, o desconhecimento da SMC-RJ em relação ao campo cultural da cidade, o que dificultou a realização de previsões mais adequadas quanto às demandas dos agentes culturais.

Não tinha um número determinante por que nós não tínhamos conhecimento da quantidade de empresas que iam se inscrever e estariam aptas a ingressar, né? Não tem esse mapeamento na prefeitura.

(CORREA, 2021)



Por outro lado, a situação de penúria desses agentes, acumulada por uma gestão municipal refratária à cultura e agravada na pandemia, certamente ampliou o número de inscritos em todos os editais.

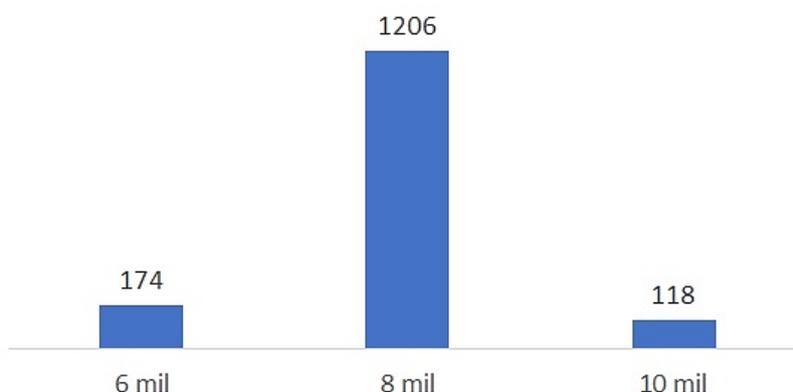
(ROCHA et al., 2022)

Os proponentes ao subsídio mensal definido no Inciso II da LAB representavam organizações e foram avaliados segundo quatro critérios: institucionalidade, territorialidade, promoção de Ações Afirmativas e quantitativo de pessoal.

O critério de territorialidade, além de não oferecer transparência, revelou-se frágil por desconsiderar as diferenças entre localidades dentro da mesma Região Administrativa da cidade. Por outro lado, como já foi citado, o critério de promoção de Ações Afirmativas foi considerado como positivo por seu aspecto inclusivo.

Este Inciso foi operacionalizado mediante duas parcelas escalonadas em três faixas: R\$ 3.000,00 (Faixa 1); R\$ 4.000,00 (Faixa 2); R\$ 5.000,00 (Faixa 3). Verificou-se que, do total de selecionados [9], a maior parte foi classificada na faixa intermediária e recebeu 8 mil reais no total. Com essa concentração na faixa central e uma diferença tão pequena entre as faixas, fica a reflexão sobre a necessidade dos critérios usados. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2022)

Gráfico 20: Número de proponentes e valores recebidos



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2022.

Leitura acessível: O gráfico 20, em forma de barras verticais azuis, se assemelha ao cume de uma montanha ou sino: pequeno para a faixa de 6 mil com 174 proponentes, cresce muito para a faixa de 8 mil (1.206 proponentes) e depois cai para 118, na faixa dos 10 mil.

O Inciso III, implementado na cidade por meio de quatro editais, procurou dar conta da diversidade de fazeres e das modalidades de formalização. O “Prêmio a Projetos de Fomento a Todas as Artes”, voltado apenas para PJ, podendo ser MEI, premiou projetos de 19 áreas culturais, avaliados segundo territorialidade, relevância, impacto sociocultural, qualificação técnica e adequação da contrapartida ao público-alvo.

O "Prêmio Ações Locais" permitia proponentes tanto PF quanto PJ - na qualidade MEI -, buscando contemplar projetos desenvolvidos em comunidades. (SMC-RJ, 2020c). Esta seleção utilizou dez critérios, o maior número dentre todos os editais, destacando-se o impacto sociocultural na comunidade ou território; o reconhecimento pela comunidade local; a contribuição para a autonomia social das comunidades; o vínculo do proponente com o local e a articulação de redes locais.

O "Prêmio Arte & Escola" também permitia proponentes PF e PJ - na qualidade MEI -, e tinha o objetivo de selecionar oficinas culturais livres ou atividades práticas e lúdicas a serem realizadas com alunos da rede municipal de ensino em escolas da rede municipal ou em bibliotecas da SMC-RJ (SMC-RJ, 2020d). Os critérios de seleção adotados foram territorialidade; relevância artística; impacto sociocultural; histórico, qualificação e capacidade técnica; adequação ao público-alvo.

Por fim, o edital "Preservação da Memória Técnica" voltou-se para profissionais envolvidos com produções culturais em geral, ou seja, para Pessoa Física "[...] responsável pelo som, responsável pela luz, responsável pela maquiagem, cenógrafo, figurinista, fotógrafo, videomaker, diretor, editor, mestres e mestras e mestras, dentre outros" (SMC-RJ, 2020e).



Nós fizemos uma força-tarefa também, que nós combinamos com algumas pessoas num teatro, com câmera para filmar as pessoas. [...] Isso sem vacina, isso tudo, todo mundo desesperado, sem vacina - como a gente ia encontrar a senhorinha, a camareira, para filmar, entendeu? A camareira com medo: "Não, menos gente! Três, não, três é muito, só duas pessoas!" Então foi o tempo todo assim, negociando como que a gente ia fazer para não contaminar ninguém.

(GOMIDE, 2021)

É preciso ressaltar que esse edital foi elaborado após a mobilização da classe de técnicos, que nunca tinham sido contemplados diretamente pelas ações da Prefeitura, o que confere ineditismo a essa experiência. Foram utilizados cinco critérios: territorialidade; tempo de experiência; caráter educativo; histórico e qualificação técnica; adequação ao público-alvo.



Essas políticas públicas que houve, como a LAB, para a parte dos técnicos é irrisória, porque se você pensar na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, somando o que teve no Estado e na Prefeitura, dá 6 mil reais.

(BREDA, 2021)

Distribuição dos recursos da LAB por modalidade de formalização: PF e PJ



O apoio financeiro a artistas individuais pelo poder público sempre enfrentou grande resistência por parte da administração, pautada historicamente por uma cultura, disseminada em todos os setores da vida pública, na qual empresas estão associadas às ideias de parceria, estabilidade e responsabilização, enquanto indivíduos estão associados às ideias de privilégio, desonestidade e corrupção. Foi com grande esforço e pressão por parte dos artistas e pequenos produtores, principalmente das periferias, que aos poucos a modalidade “PF” foi sendo aceita, conquistando-se assim maior acesso e diversidade cultural.

(ROCHA, 2020, p. 143)

A concessão de apoio a PF constitui ainda uma grande dificuldade para a administração pública, seja pelo aspecto cultural citado, seja pela logística necessária para o processamento de grande quantidade de benefícios.



Isso foi feito tudo em discussão com a sociedade civil. [...] Em algumas questões a gente reviu, como eu falei para você sobre a questão dos técnicos. Os editais, por exemplo, não previam MEI. MEI tava só para Ações Locais e o Arte. E tinha um menino da Mangueira [que] começou a forçar a barra que tinha que aceitar MEI para outros projetos [...]. Então (eu) achava que o Ações Locais e o Arte Escola era que tinham o perfil para MEI e para pessoa física. E ele forçou e ele conseguiu criar um coro forte e eu cedi. Claro, eu tava ali conversando

com meus pares, não sou só eu. Eu conversando com secretário Konder, com a subsecretária Roseli e com o pessoal, isso no meio da reunião e eu trocando no "Zap" com eles pra falar: "cara, a pressão tá forte. Isso aqui eu acho que a gente tem que ceder, e tal". Então eu cedi, meio que a contragosto, mas então foi tudo feito de maneira casada com a sociedade civil.

(CORREA, 2021)

Nas disputas em torno das políticas culturais sobressaem os debates quanto à distribuição de recursos. De um lado, os grupos formalizados tendem a pressionar para que os editais não atendam PF, de modo que não se pulverizem os escassos recursos, usando como argumentos que isso não estimularia a organização dos agentes e que as próprias produtoras é que dariam emprego aos agentes individuais – o que, sabemos, fica longe de dar conta das necessidades do campo cultural.

Por outro lado, se podemos pensar que a atuação coletiva muitas vezes representa ganhos em termos tanto organizativos quanto criativos, é preciso reconhecer que a formalização implica gastos nem sempre acessíveis, de modo que o impedimento de PF ao apoio público significa, na prática, a exclusão de grande parte dos agentes, especialmente aqueles dos territórios periféricos.

É preciso reconhecer, no entanto, que projetos de maior porte, como festivais, exposições, espetáculos de ópera ou teatro musical, por exemplo, ou mesmo a manutenção de grandes equipamentos, interessam à cidade como um todo e requerem maior apoio financeiro. Nesse caso, caberia discutir qual deveria ser a participação do município, mas também a dos outros entes federativos, bem como a da iniciativa privada, além das contrapartidas a serem oferecidas.

Há que se refletir ainda o quanto a pulverização dos recursos pode trazer resultados interessantes relativos à diversidade cultural e à abrangência das atividades em todos os territórios da cidade.

Quando analisamos as políticas culturais, observamos que a formalização tem relação direta com a precarização do trabalho cultural. A precarização pode ser vista como um fenômeno sistêmico, caracterizado pelo subemprego, flexibilização das relações de trabalho e intermitência. No campo cultural, esse quadro não é novo e pode ser atribuído a uma diversidade de causas, como a



[...] inconsistência de políticas públicas, a dissolução de vínculos empregatícios, a promoção quase exclusiva de leis de incentivo com fins empresariais e a adaptação das atividades culturais para projetos passíveis de receberem financiamentos públicos

(MACHADO, 2021).

Fica evidente, então, que as políticas culturais têm um papel importante na garantia de melhores condições de trabalho. No entanto, essa não é uma equação fácil. A figura do microempreendedor individual (MEI) se tornou tema indispensável nas discussões em torno das políticas de financiamento às atividades culturais, mas devemos ter em mente que essa forma de trabalho, apesar de representar uma alternativa individual de acesso aos recursos, representa uma forma de precarização e intermitência do trabalho, o que poderia vir a reforçar a lógica de projetos na qual se baseiam os editais públicos.

No caso da LAB na cidade do Rio de Janeiro, é importante lembrar que se tratou de uma lei emergencial voltada para auxílio aos agentes em tempos de pandemia. Assim, é impossível negar a importância dessa política ter apoiado projetos apresentados por PF já que, além da riqueza que esses agentes representam para o campo, o momento emergencial pelo qual passávamos inviabilizou a manutenção de diversas organizações culturais (inclusive aquelas em formato de MEI).

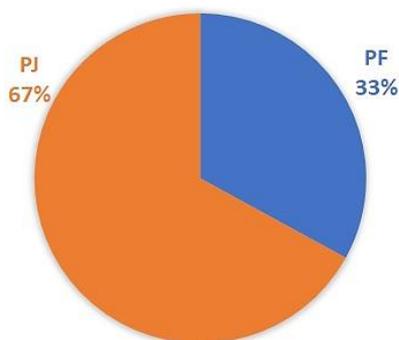
Acreditamos ser essencial a reflexão sobre as relações laborais no campo da cultura e o possível impacto das políticas sobre a natureza do trabalho cultural. O apoio a PF e a MEI foi uma importante conquista dos trabalhadores da cultura do Rio de Janeiro e deve ter seu lugar nas políticas para o setor. No entanto, é preciso conciliar outras formas de apoio para que não seja reforçada uma lógica do empreendedorismo que represente perda de direitos e que, por outro lado, busque maneiras de fortalecer o associativismo cultural, apoiando a realização de projetos de dimensões diversas.

Eu sempre fui muito avesso, confesso, a editais, e a pandemia me empurrou [...] e aí foi o que me segurou um pouco o ano. Eu apresentei um projeto chamado Festival Funk, que sempre foi uma ideia que tive, e acabou acontecendo de forma online.

(BARCELLOS/Mc Mano Teko, 2021)

A partir dos dados cedidos pela SMC-RJ, a proporção entre proponentes PF e PJ no acesso aos recursos da LAB no município ficou assim:

Gráfico 21 - Distribuição total de recursos da LAB entre PF e PJ

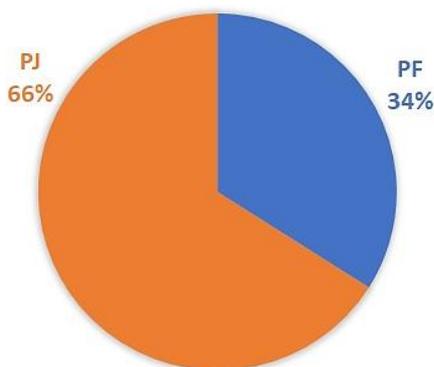


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 21, pizza, representa: em azul, 33% dos recursos da LAB foram para Pessoas Físicas; em laranja, 67% dos recursos da LAB foram para Pessoas Jurídicas.

No Inciso II: O total de R\$ 11.872.000,00 destinados ao Inciso II na cidade foi dividido entre proponentes PF e PJ na proporção aproximada de um terço (34%) para PF e dois terços (66%) para PJ. [9]

Gráfico 22 - Distribuição de recursos entre PF e PJ – LAB Inciso II



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 22, pizza, representa: em azul, 34% dos recursos do Inciso II da LAB foram para Pessoas Físicas (PF); em laranja, 66% dos recursos do Inciso II foram para Pessoas Jurídicas (PJ).

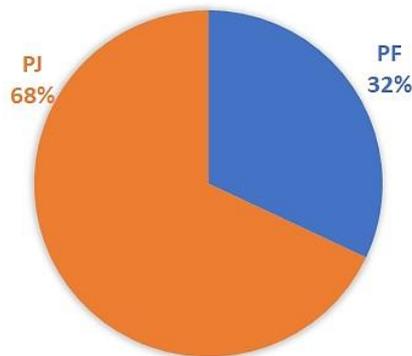


Nós também ganhamos um recurso da LAB e fizemos uma live falando sobre a construção da quadrilha, como é que se dá o dia a dia [...] o estímulo à economia local que a quadrilha faz com os ensaios - que são praticamente um evento - então o comércio lucra: a costureira, a mãe da fulana, a tia da siclana, a avó da siclana, o rapaz que vai ajudar a gente a fazer um cenário...

(BATISTA, 2021)

No Inciso III:

Gráfico 23 - Distribuição de recursos entre PF e PJ – LAB Inciso III



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 23, pizza, representa: em azul, 32% dos recursos do Inciso III da LAB foram para Pessoas Físicas; em laranja, 68% desses recursos foram para PJ.

Constatamos, então, que a proporção de recursos para proponentes PF e PJ foi praticamente a mesma nos dois Incisos da LAB municipal.

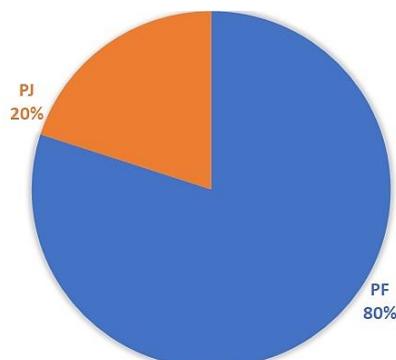
Na observação de cada edital separadamente, temos que:

“Prêmio a Projetos de Fomento a Todas as Artes” – Este edital atendia apenas proponentes PJ, assim o valor total de R\$ 16.050.000,00 foi para PJ.

“Preservação da Memória Técnica” – Este edital atendia apenas proponentes PF. Como foram 563 contemplados, o valor total de R\$ 693.807,00 foi para PF.

“Prêmio Ações Locais” – atendia tanto proponentes PF como PJ com o valor de R\$13.178,29. Foram contemplados 285 PF e 73 PJ.

Gráfico 24 - Distribuição de recursos entre PF e PJ - LAB Inciso III, Prêmio Ações Locais

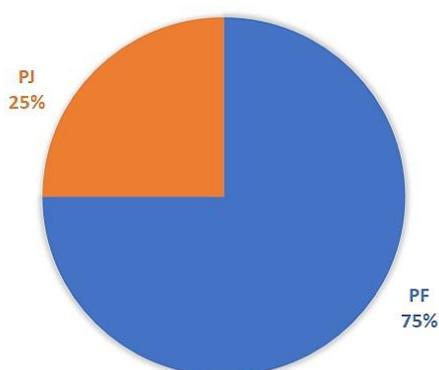


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 24, pizza, representa: em azul, 80% dos recursos do Prêmio Ações Locais, do Inciso III da LAB, foram para Pessoas Físicas; em laranja, 20% dos recursos desse Prêmio foram para Pessoas Jurídicas.

“Prêmio Arte & Escola” – atendia tanto proponentes PF como PJ com o valor de R\$ 13.178,29. Foram contemplados 331 PF e 108 PJ.

Gráfico 25 - Distribuição de recursos entre PF e PJ - LAB Inciso III, Prêmio Arte & Escola



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

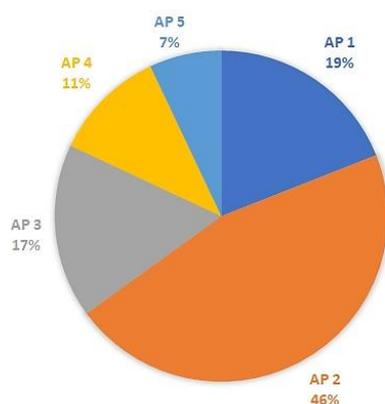
Leitura acessível: O gráfico 25, pizza, representa: em azul, 75% dos recursos do Prêmio Arte & Escola, do Inciso III da LAB, foram para Pessoas Físicas; em laranja, 25% dos recursos desse Prêmio foram para Pessoas Jurídicas.

Estes últimos editais invertem a proporção entre PF e PJ e garantem o apoio a projetos de natureza mais específica, atendendo também agentes culturais não formalizados.

Distribuição dos recursos da LAB por área de planejamento

A partir dos dados cedidos pela SMC-RJ, a distribuição territorial dos recursos para o Inciso II pode ser analisada, mas apenas para os proponentes PJ, pois a localização das sedes é publicizada no site da Receita Federal [10]. O gráfico 26 mostra que a maior parte dos recursos nesta modalidade de apoio foi para a AP2 (46%), seguida da AP1, com 19% e a AP3, com 17%. Por motivos variados, 23 dos proponentes selecionados não integram esta distribuição. [11]

Gráfico 26: Valor recebido por PJ no Inciso II por AP



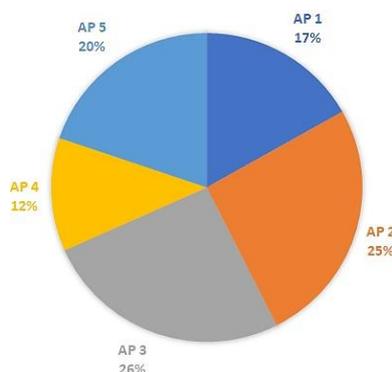
Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 26, pizza em cinco partes: em azul, 19% dos recursos para a AP1; em laranja, 46% para a AP2; em cinza, 17% para a AP3; em amarelo, 11% para a AP4 e, em azul claro, 7% para a AP5.

Para a análise da distribuição territorial dos recursos do Inciso III, ou seja, dos editais Prêmio de Ações Locais, Arte e Escola, Fomento a Todas as Artes e Preservação da Memória Técnica, foi feito o cruzamento dos bairros, indicados pelos proponentes selecionados, com as APs correspondentes.

No Prêmio Ações Locais foi verificada uma predominância dos recursos para as APs 2 e 3 (cada uma com 26% do total), seguidas pela AP5 (20%).

Gráfico 27: Distribuição de recursos do Prêmio Ações Locais por AP

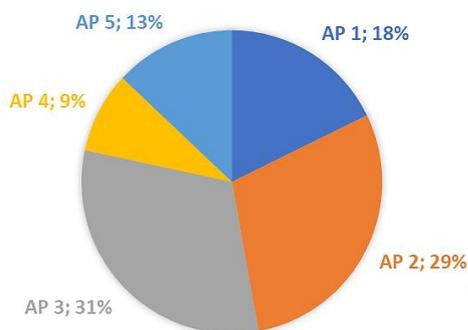


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 27, pizza em cinco partes, correspondentes aos territórios: em azul, 17% dos recursos para a AP1; em laranja, 25% para a AP2; em cinza, 26% para a AP3; em amarelo, 12% para a AP4 e, em azul claro, 20% para a AP5.

O Prêmio Arte & Escola concentrou ainda mais recursos na AP3 (31%) e AP2 (29%), com a AP 4 recebendo apenas 9% do montante.

Gráfico 28: Distribuição de recursos do Prêmio Arte e Escola por AP

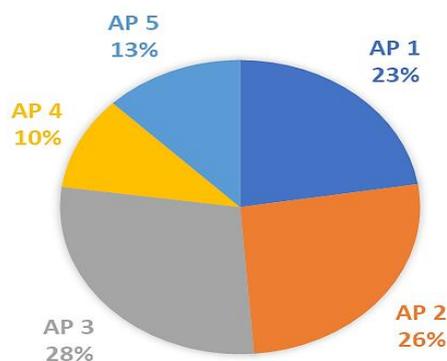


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 28, territórios: em azul, 18% dos recursos para a AP1; em laranja, 29% para a AP2; em cinza, 31% para a AP3; em amarelo, 9% para a AP4 e em azul claro, 13% para a AP5.

O Prêmio de Fomento a Todas as Artes, edital que movimentou a maior quantidade de recursos, também teve a maioria dos contemplados nas APs 3 e 2 que, juntas, somam 54%.

Gráfico 29: Distribuição de recursos do Prêmio Fomento a Todas as Artes por AP

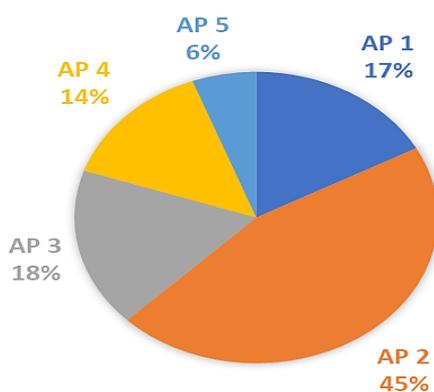


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 29, territórios: em azul, 23% dos recursos para a AP1; em laranja, 26% para a AP2; em cinza, 28% para a AP3; em amarelo, 10% para a AP4 e em azul claro, 13% para a AP5.

Finalmente, o Prêmio Preservação da Memória Técnica teve quase metade de seus recursos destinados aos técnicos residentes na AP2, enquanto a AP5 recebeu apenas 6% do total de recursos desse edital.

Gráfico 30: Distribuição de recursos do Prêmio Preservação da Memória Técnica por AP

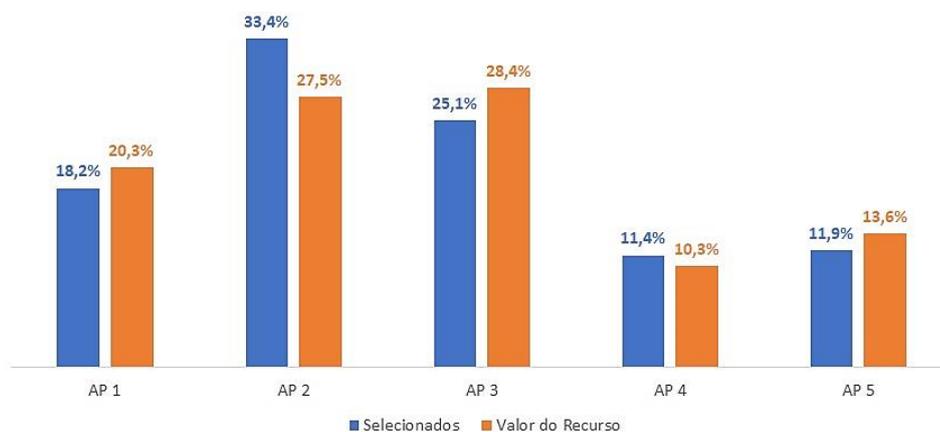


Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: O gráfico 30, territórios: em azul, 17% dos recursos para a AP1; em laranja, 45% para a AP2; em cinza, 18% para a AP3; em amarelo, 14% para a AP4 e em azul claro, 6% para a AP5.

Para o Inciso III da LAB, o gráfico 31 mostra a distribuição territorial dos selecionados e das verbas em todos os editais.

Gráfico 31: Percentual de selecionados e de recursos por AP no Inciso III



Fonte: SMC-RJ, 2021. Tabulações próprias.

Leitura acessível: o gráfico 31, de barras verticais azuis e laranjas, mostra o percentual de selecionados e o percentual dos recursos obtido por cada AP no Inciso III da LAB. Para a AP1 temos: em azul, 18,2% dos selecionados e em laranja, 20,3% dos recursos; para a AP2, 33,4% dos selecionados e 27,5% dos recursos; para a AP3, 25,1% dos selecionados e 28,4% dos recursos; para a AP4, 11,4% dos selecionados e 10,3% dos recursos e, para a AP5, 11,9% dos selecionados e 13,6% dos recursos.

Constatamos que tanto o número de selecionados como os recursos se destinaram principalmente às AP2 e AP3, sendo a AP2 com o maior número de contemplados e a AP3 com o maior volume de recursos. Por outro lado, chama atenção o fato de que as APs 4 e 5, que constituem a região mais povoada da cidade, tiveram juntas apenas 23% dos selecionados e 24% dos recursos destinados a esse Inciso. Fica evidente, então, que a opção de inserir o critério de territorialidade na avaliação dos projetos não foi suficiente para promover a descentralização dos recursos para essas localidades.

Essa distribuição de recursos nos permite formular algumas hipóteses. A AP3 recebeu um valor maior comparativamente ao número de selecionados, o que pode ser atribuído ao fato de esta área ter conquistado mais recursos do Prêmio de Fomento, cujo valor era o maior entre os editais. Já no caso da AP2, podemos supor que a maior familiaridade dos agentes desse território com os instrumentos de gestão/ produção de projetos e políticas culturais refletiu sua maior presença entre os selecionados.

Financiamento cultural

Em conjunto com o Observatório das Metrôpoles, publicamos em março de 2023 um artigo sobre a parte do questionário referente às políticas de financiamento cultural, do qual apresentamos alguns trechos aqui.

(link <http://emetropolis.net/artigo/384?name=participacao-e-politicas-de-fomento-cultural-na-cidade-do-rio-de-janeiro>)

Verificamos que as inscrições na LAB municipal alcançaram 76% dos agentes culturais (142) da nossa amostra, sendo que o Inciso II despertou maior interesse: 49% se inscreveram para esse apoio, enquanto 33% se inscreveram no edital de “Fomento a Todas as Artes”, 19% dos respondentes, no “Edital de Ações Locais”, 14% no “Edital Arte & Escola” e 10% se inscreveram no “Edital de Memória técnica”. O principal motivo apontado por quem não se inscreveu foi “Não fiquei sabendo” (11 respostas). (ROCHA et al., 2023)

Gráfico 32: Participação nos editais da LAB municipal



Fonte: e-metropolis, ROCHA et al., 2023.

Leitura acessível: o gráfico, de barras azuis horizontais, mostra a participação dos respondentes nos editais da LAB no município. Com maior incidência, o Inciso II, com 92 respostas; depois o Edital de Fomento a todas as Artes, com 61; o Prêmio de Ações Locais teve 36 respostas, o Prêmio Arte & Escola teve 27 e o de Memória Técnica teve 19.

O desconhecimento quanto ao apoio cultural em tempos de pandemia necessariamente nos leva a refletir sobre a exclusão digital, questão fundamental porque hoje é uma das principais vias pelas quais exercemos cidadania e acessamos nossos direitos.



No entanto, na amostra avaliada, mais pessoas participaram dos editais da LAB do que de editais anteriores da prefeitura e, entre os que participaram, foram poucos os que não conseguiram apoio - apenas 19 proponentes não foram contemplados, ou seja, 13% daqueles que se inscreveram. Nesse sentido, a LAB mostrou-se também menos burocrática e mais abrangente do que os apoios normalmente concedidos.

(ROCHA et al., 2023)

Em tempos “não emergenciais”, o apoio municipal à cultura tem se efetivado por duas vias: o fomento direto, a partir de 2003, concretizado por meio de editais, e o fomento indireto, realizado através da Lei de renúncia fiscal – a Lei do ISS, criada em 1992 e reformulada em 2013.

Conforme o artigo que publicamos na revista e-metropolis, a análise da percepção dos agentes culturais sobre os editais públicos de fomento mostrou que, entre aqueles que nunca tinham se inscrito nos editais municipais, 32% afirmaram que não ficaram sabendo; 22% acreditavam não atender os requisitos exigidos; 21% consideraram que não tinham a qualificação necessária e 3% sinalizaram não dispor de equipamentos ou *internet*.

(link do artigo: <http://emetropolis.net/artigo/384?name=participacao-e-politicas-de-fomento-cultural-na-cidade-do-rio-de-janeiro>)

Ainda segundo a análise que apresentamos no artigo, em relação à Lei de renúncia fiscal (Lei do ISS) verificou-se que 82 pessoas, isto é, menos da metade dos respondentes (42%), já tentaram apoio através desse mecanismo.



Desses, apenas 12 conseguiram captar o suficiente para realizar o projeto, ou seja, 14,6% dos que se inscreveram neste edital. Em suma, considerando-se o total da nossa amostra, apenas 6,2% dos agentes conseguiram recursos por esta via.

(ROCHA et al., 2023)

Eu acho a lei muito ruim, não acho a lei boa. O Privado não entra com nada, o Privado não entra absolutamente com nada, zero de participação. Você sequer fomenta o privado a se manifestar para a importância da cultura.

(CORREA, 2021)

Essa seleção é mais complexa do que os editais do fomento direto, exigindo maior estrutura, capacidade de planejamento e investimento por parte dos produtores, além de conhecimentos entre as possíveis empresas patrocinadoras.



Eu acho que a Lei do ISS, ela é a mesma coisa que a Lei Rouanet. Tem os mesmos defeitos e tem um pior, que é o seguinte. [...] É um pseudo mercado que ela forma porque ela finge... o Estado finge que tem uma política, mas não escolhe, quem escolhe são os empresários, né? E os empresários fingem que patrocinam, mas não pagam, porque quem tá pagando é o governo. [...] Tem uma outra também que é bem clara, que é a concentração geográfica. [...] Ela tá toda centralizada onde já tem dinheiro - Centro e Zona Sul.

(GUENZBURGER, 2021)

A territorialidade dos proponentes é muito determinante no caso do edital do ISS: 64% dos 82 agentes que se inscreveram provinham das AP1 e AP2. Entre os 12 que conseguiram captar o suficiente para realizar seus projetos, 66% eram dessas regiões.

(ROCHA et al., 2023)

Além da limitação territorial e do reduzido número de proponentes que acessam o apoio público através da renúncia fiscal, levanta-se um outro tipo de questionamento, relativo ao perfil de tais proponentes:

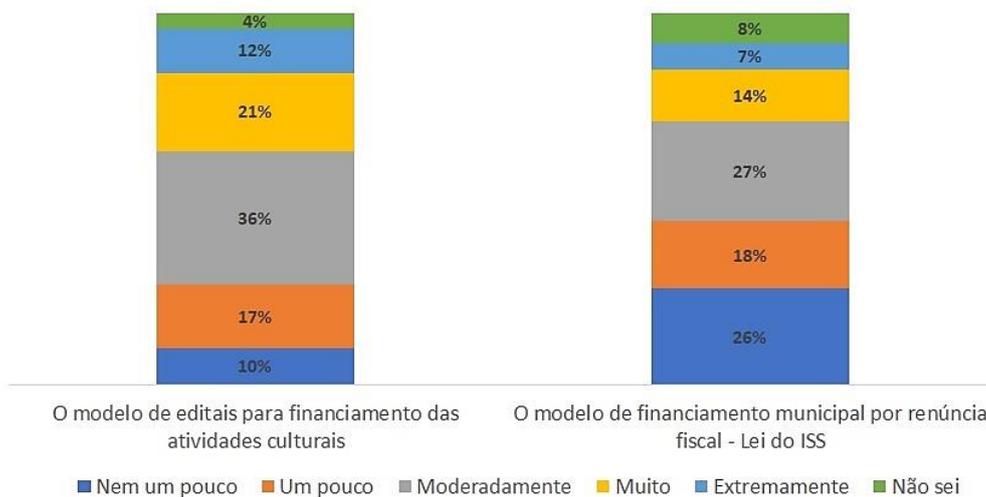
A gente via, por exemplo, a lei do ISS todos os anos colocando aí 50 milhões, em média, nos projetos



patrocinados, e a prefeitura não tem a menor noção de como as pessoas negras se beneficiavam - se é que se beneficiavam - diretamente desses projetos. Eu via que você tinha que ter dois anos de alvará, tinha que ter pessoa jurídica e isso excluía bastante as pessoas negras do processo, porque na maioria das vezes os fazedores negros são pessoas físicas, no máximo tem um MEI - tem uma empresa ou outra que tem aí uma estrutura de microempresa. (...) E aí essa coletividade não é beneficiada por essa política excludente.

(FORTUNATO, 2022).

Gráfico 33: Satisfação dos agentes quanto aos modelos para financiamento cultural



Fonte: e-metropolis, ROCHA et al.,

Leitura acessível: O gráfico 33 tem duas barras empilhadas, cada uma dividida em 6 camadas coloridas que indicam as gradações de satisfação. A 1a. barra mostra a opinião dos agentes culturais quanto ao modelo de editais: em azul, 10% optou por “Nem um pouco” satisfeito; em laranja, 17% por “Um pouco”; em cinza, 36% por “moderadamente” satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como “Muito” satisfeitos; em azul claro, 12% optam por “Extremamente” satisfeitos e, em verde, 4% dizem “Não sei”. A 2a. barra mostra a opinião quanto ao financiamento por renúncia fiscal (Lei do ISS): em azul, 26% optaram por “Nem um pouco” satisfeito; em laranja, 17% por “Um pouco”; em cinza, 36% por “moderadamente” satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como “Muito” satisfeitos; em azul claro, 12% optam por “Extremamente” satisfeitos e, em verde, 4% dizem “Não sei”

Quanto à percepção dos agentes em relação às formas de apoio público, o gráfico 33, extraído da revista e-metropolis (link <http://emetropolis.net/>)



[...] mostra que a insatisfação em relação à Lei do ISS (fomento indireto), é quase três vezes maior do que em relação aos editais do fomento direto (27% e 10%, respectivamente). Aqueles que se mostraram moderadamente, muito, e extremamente favoráveis ao modelo de editais [de fomento direto] representam 73% da amostra, ao passo que, para a renúncia fiscal, esse percentual fica em 54%.

(ROCHA et al., 2023)

Os sistemas de editais, seja de fomento direto ou indireto, têm várias consequências e desdobramentos. Citamos aqui alguns questionamentos expressos nas entrevistas:

Os técnicos estão no 2º plano na gestão passada da prefeitura, na gestão atual da prefeitura, a gente não tem uma política que abrace os técnicos. [...] É assim, os editais da prefeitura, que ela lançou, ela tá aí injetando uma grana muito forte, não há uma obrigatoriedade de técnicos.



(BREDA, 2021)

O teatro que começa a ser muito patrocinado, ele tende a se voltar, no Rio de Janeiro especialmente, para questões do próprio teatro. Ele começa a se investigar. O que é muito bacana, mas a partir de um determinado momento começa a gerar uma desconexão para com os problemas mais urgentes daquela plateia. [...] ele perde vínculo com a sociedade e perde público.

(GUENZBURGER, 2021)



Na tentativa de captar mais amplamente tais opiniões, uma das perguntas do questionário se referia aos princípios que, na visão do respondente, deveriam nortear as seleções públicas. Fazendo uma análise das respostas por AP, observamos que a “redução da desigualdade na distribuição territorial dos recursos” foi considerado como o mais relevante pelos agentes culturais de todas as áreas, sendo o mais mencionado por aqueles da AP5. Essa informação reforça a importância de incluir a territorialidade na elaboração das políticas públicas de cultura.

(ROCHA et al., 2023)

Entre os princípios mais mencionados por todas as APs, segundo os autores, também estão: “impacto sociocultural nas comunidades e territórios” e “apoio de longo prazo”. Ainda nesse quesito, a reivindicação de “apoio às ações afirmativas” foi prioridade nas APs 2, 3 e 4, e “simplificação dos processos e formulários” foi destaque nas APs 1, 2 e 5.



[...] acabava que quem acessava os recursos eram as pessoas que já estavam historicamente, que tiveram acesso pelo menos a como escrever, como acessar editais. E aí tinha outra coisa também [...]: quem é que tem um CNPJ no Brasil hoje para captar recursos via leis de incentivo?

(BRANDÃO, 2021)

Entendemos que o descaso na institucionalização do Sistema Municipal de Cultura aprofunda os problemas e acirra as desigualdades territoriais no setor. Como citado anteriormente e descrito no artigo enviado ao XVIII ENECULT, a construção da LAB na cidade envolveu inúmeros agentes em um processo de diálogo produtivo com os gestores da SMC-RJ.

(link: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/138999.pdf>)

Essa não era, porém, uma constante na relação entre o poder público e os agentes culturais, o que vinha originando críticas e levou à criação de novas formas de organização:



[...] na busca desse pensamento do conceito de crescimento horizontal, da busca e do fortalecimento da cultura, e não só do fomento direto, mas de políticas públicas de longo prazo para a Zona Oeste, o Fórum de Cultura surgiu para tentar aglutinar o máximo de coletivos e de iniciativas, de fazedores de Cultura, de entusiastas da Cultura, para se organizar dentro de uma pauta unificada.

(PEREIRA, 2021)

[...] seja em relação aos editais ou aos projetos de lei, as decisões são tomadas sem consulta: quem produz não faz parte da decisão.

(FERREIRA DA SILVA/Rogério Família, 2021)



O nosso grupo do Fórum Técnica, nós começamos assim, foram 3 amigos, falaram assim: “Olha, como é que a gente vai fazer? Tá vindo aí a Lei...” - A LAB estava no Congresso ainda... “e essa grana tem que chegar pra gente, é uma grana pra todo mundo”. E a gente começou a se entender enquanto categoria, e aí fizemos um grupo de chat e começou a crescer, num mês tinha 256 pessoas, que é o máximo de um grupo de “zap”, as pessoas querendo entrar e a gente não tinha mais como aceitar.

(GOMIDE, 2021)

O Sistema Nacional de Cultura e a participação dos agentes cariocas



[...] a gente começou a ver que precisava sim, ter um diálogo institucional com a política porque, por mais que a gente pensasse a coisa do ponto de vista da empresa – “eu sou empreendedor”, “eu sou empresa”, “eu vou realizar com capital próprio”, “não preciso de governo”, a gente viu que uma série de coisas que precisavam ser feitas para o empreendimento deslanchar, dependiam de uma decisão política administrativa do governo do Estado.

(FORTUNATO, 2022).

O artigo 216-A da Constituição Federal institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC), no qual se prevê a criação de instâncias de discussão para o planejamento e implementação das políticas culturais, bem como as formas para financiamento das atividades. O SNC deve promover a integração entre os níveis municipal, estadual e federal, a exemplo dos dois principais sistemas que temos atualmente no Brasil, o da saúde (SUS) e da assistência social (SUAS). Para isso, é preciso que

cada município e cada estado brasileiro construa o chamado “CPF” da Cultura, ou seja: colocar em funcionamento um Conselho, um Plano e um Fundo.



Não tinha havido nenhum ocupante da cadeira de Movimentos Negros e Indígenas nos mandatos anteriores [do Conselho Municipal de Políticas Culturais], então o debate racial dentro da institucionalidade não aconteceu.

(FORTUNATO, 2022).

André Protásio/Severa Paraguaçu (2021) situa “a urgência de repensar como os mecanismos de participação são excludentes em função da ausência de políticas específicas para pessoas com deficiência”.

Na cidade do Rio de Janeiro esse processo teve início em 2009, quando foi realizada a I Conferência Municipal de Cultura e foi criado o Conselho Municipal de Políticas Culturais. Em 2013 e em 2018 foram realizadas respectivamente a II e a III Conferências, com a participação de muitos agentes e avanços nas propostas.



[...] essas conferências trouxeram um acúmulo no campo da cultura. A agenda de combate ao racismo dentro da política do município é muito esvaziada: as instituições agora é que estão se

*apropriando de uma
institucionalidade mais robusta.*

(FORTUNATO, 2021).

Atualmente, o “CPF” da cultura no Rio de Janeiro ainda não está completo. Os membros Conselho Municipal de Políticas Culturais tiveram seus mandatos estendidos e aguardam a realização de novas eleições; o Fundo Municipal de Cultura, por sua vez, foi criado em 2018 e regulamentado em 2020 para o aporte de recursos da LAB; por fim, a cidade ainda não conta com um Plano Municipal de Cultura, instrumento essencial para a definição de diretrizes e metas da política cultural da cidade, vinculadas ao orçamento municipal.



*E quando a gente entra para ser
conselheiro, a gente é defrontado
com a tarefa que é instituir o
plano municipal de cultura [...e]
vê o quanto que o Conselho é
esvaziado, fragilizado, nesse jogo
com o poder público, com o
executivo. E não mudou, né?*

(FORTUNATO, 2022).

C) Desafios e Sugestões

As entrevistas e as respostas abertas dos agentes culturais à última parte do questionário localizam os desafios e oferecem sugestões para o seu enfrentamento. Destacamos algumas das muitas contribuições, agrupadas aqui em quatro eixos. (As citações sem identificação dos autores provêm do questionário, em respeito à privacidade dos dados. As demais resultam das entrevistas.)

EIXO 1. orçamento, distribuição de recursos, fomento, ações afirmativas

EIXO 2. instrumentos de participação, controle social e regulamentação

EIXO 3. formação e público

EIXO 4. equipamentos e gestão

EIXO 1: orçamento, distribuição de recursos, fomento, ações afirmativas



Ele tem que também, de uma certa maneira, reconhecer com grana, com verba, as ações pequenas, ações locais, as raízes que podem fazer da cultura realmente um cimento da sociedade, para que determinadas áreas do Rio de Janeiro, que só recebem a polícia, recebam também cultura.

(GUENZBURGER, 2021)

A maior quantidade de comentários e sugestões apresentados na parte final do questionário refere-se ao financiamento cultural – os mecanismos, os instrumentos e os grupos beneficiados. É intensa a reivindicação pela descentralização dos recursos, confirmando o que se vê no artigo publicado na e-metropolis quanto às prioridades para as políticas culturais e quanto aos princípios que deveriam nortear os editais:

(link do artigo: <http://emetropolis.net/artigo/384?name=participacao-e-politicas-de-fomento-cultural-na-cidade-do-rio-de-janeiro>)



“Descobrir as potências da multidentalidade da cidade”

“Pontos de cultura em todos os bairros e motivar constantemente com as políticas públicas para que o povo possa entender sua importância”

“Equidade na distribuição dos recursos e investimentos nos equipamentos culturais na AP5/AP4/AP3 e nas áreas periféricas da AP2/AP1”

“Criar mecanismos que atendam as demandas específicas que se expressam por comunidades culturais, diluindo a necessidade de intermediários/produtores”.

“Fomento para museus e patrimônio cultural”

Foram apontadas várias propostas voltadas para a democratização do mecanismo de renúncia fiscal (Lei do ISS):

Vamos batalhar por ações afirmativas de caráter racial na lei do ISS, por exemplo.

(FORTUNATO, 2022)



“A SMC-RJ deveria pré-selecionar projetos socioculturais e apresentar um leque de opções para o patrocinador escolher pelo menos 1, além do que irá patrocinar com a isenção do ISS”

“Instituir obrigatoriedade de contrapartida das empresas que utilizam o ISS em copatrocinar grupos/projetos culturais que realizam experiências artísticas e/ou sem garantia de visibilidade de marca”

Ao lado da ampliação orçamentária do setor e maiores investimentos no fomento, surgiram várias reivindicações pela simplificação dos processos de seleção:



“Mais agilidade na retirada de documentos para execução dos projetos e menos burocracia na prestação de contas”

“Mudar o enfoque, em vez do artista aprender como ser burocrata, a gestão aprendesse como é o artista”

A necessidade de institucionalização do fomento, com apoios de maior valor e de longo prazo, foi constante entre os comentários.

“Fomento contínuo através de fundo permanente para projetos em escalas diversas, dos maiores aos menores”

“Criação de lei de fomento para que o orçamento seja previsto na lei”

“Fomento para manutenção a 4 anos de grupos/ companhias/ festivais; fomento para circulação e internacionalização do trabalho para artistas profissionais, como valorizar os artistas de rua”



O Brasil não paga pesquisa, querem que a gente faça uma arte de ponta, mas dando um dinheiro para estrear. Então você veja bem: 50.000 e o espetáculo tem que ser inédito! O prazo para o espetáculo ficar pronto são 3 meses! Se você botar todo o gasto com aquele bailarino, com aquele figurinista, com tudo aquilo que tem que ter, com as exigências que se tem, de ter um bom projeto, e isso pra ser avaliado! Tem que ser avaliado, o seu projeto - e tem que ser bom. É como se me desse dez reais para fazer uma feijoada! E ela tem que ser boa!

(BATISTA, 2021)

Outro ponto frequente entre as respostas foi a questão da acessibilidade e da inclusão de vários grupos no apoio cultural.

“Apoio a iniciativas de proponentes pessoas físicas”

“Mais investimento para produtores de favelas que atuam nas favelas”

“Fundo cultural para fornecer recursos de acessibilidade à programação dos equipamentos. Ou seja, o investimento para acessibilidade deve partir da política pública/do governo, e não do produtor cultural”



“Mais estímulo para as produções artísticas das pessoas com deficiência”

A diversidade é fundamental, num país como o nosso, que é diverso [...], mas reconhecer essa diversidade no campo das decisões também. O edital de Ações Locais só foi possível porque tinham corpos outros nos espaços decisórios [...], porque os mesmos corpos só conseguem levar a gente nos mesmos lugares [...]. Então eu acho que tem um desafio muito grande que é para além da radicalização da democratização do orçamento e da democratização do acesso: esses corpos, que são resultado direto de uma política pública que foi aplicada nos últimos 20 anos, estarem em espaços decisórios [...].

(BRANDÃO, 2021)

EIXO 2: instrumentos de participação, controle social e regulamentação

O grande número de observações relativas a este tema demonstra que o diálogo com o poder público ainda é visto como desafio a ser enfrentado. Entre as contribuições, destacamos:



“Envolver representantes de cada bairro/comunidade na elaboração de projetos adequados a cada área”

“Maior escuta por parte da prefeitura das sugestões dos coletivos e associações da cultura”

“Elaborar os editais juntos com as/os agentes culturais e maior participação, como nos critérios e processos de seleção”

Também foi sinalizada a questão da diversidade na tomada de decisões:



[...] acho que a gente ainda tem um campo de desafiador [...] que é o de ter também esses atores não só acessando os recursos, mas presentes também nos espaços decisórios, porque essas transformações foram - são - possíveis, uma vez que se tenha corpos diversos. Porque a gente fala em diversidade, mas diversidade não é ter um branco, um preto, um gordo, um magro, um japa, uma pessoa com deficiência, numa foto, né? Não é sobre isso que a gente tá falando, [...mas] da possibilidade de olhar por outras realidades, olhar a partir de perspectivas e realidades outras, incluir essas realidades outras nesse campo também.

(BRANDÃO, 2021)

“Desenvolver, ampliar e melhorar conceito e instrumentos de participação direta dos agentes culturais nas decisões”

“Fortalecimento dos Conselhos de Cultura”

E foi apontada ainda a necessidade de um melhor conhecimento do fazer cultural por parte dos gestores:



Quem fomenta devia estar na rua também.

(FERREIRA DA SILVA/Rogério Família, 2021)

EIXO 3: formação e público

O grande desafio é de novo trazer essa ideia da Cultura como uma coisa bacana, porque na pandemia o que salvou todo mundo foi a cultura online. O principal desafio da cidade é recuperar o sentido do que é público e mais o sentido de política pública. (COSTA, 2021)

A atenção para a formação de plateias se revelou como necessidade no questionário e nas entrevistas.



“Envolver emocionalmente as comunidades, apoio um pouco mais contundente aos projetos voltados para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiências, sem rotulá-las”

“Focar na manutenção, programação e divulgação dos pontos de cultura”

“Maior informação e divulgação sobre as atividades culturais existentes”

“Acesso a pessoas de baixa renda a eventos culturais também deveria ser facilitado, com programas de formação de público a longo prazo”

“Estimular que as pessoas saibam quais são as manifestações culturais de cada região e apoiem a preservação e divulgação”

“Ofertar atrações contínuas e a preços populares”

O Rio tem muita visibilidade, muito patrimônio material e imaterial, seja dos terreiros, dos índios, de toda a nossa história [...]. É preciso que as pessoas conheçam o que temos, para desenvolver o sentimento de pertencimento

(PENNA, 2021)

Foi apontada por vários respondentes a importância da relação entre a Cultura e os espaços educacionais:



“Agentes culturais nas escolas”

“Formação: aumento de oferta desde o ensino fundamental, tal como acontece nos Núcleos de Arte”

“Projetos Culturais relacionados com a Educação nos equipamentos Culturais em cada CRE”

“Associação direta com as escolas públicas, ongs e instituições para formação de público”

Neste eixo incluímos também a formação profissional de artistas, técnicos e gestores:



“Por parte da gestão, disponibilização de atendimento e orientação no centro e nos territórios, assim como tem sido com o FOCA”

“Formação através de lives tutoriais para ensinar como escrever seu projeto em editais”

“Criação de núcleos regionais a partir das RA”

“Investimento constante em formação continuada dos fazedores e quadro funcional da secretaria com profissionais concursados em toda a cadeia”

“Apoio a companhias e grupos da cidade, de grupos com mais de 20 anos como formadores culturais”

“Qualificação técnica dos gestores de cultura”

As condições de mobilidade e a relação dos equipamentos com suas vizinhanças também interferem na frequência do público:

“Melhoria nas condições de transporte público e segurança no entorno dos aparelhos culturais, teatros, museus, e centros culturais”



Exigir um pouco mais das Lonas e das Arenas, um envolvimento maior com seu entorno. Eu acho que tem pessoas maravilhosas gerindo as Lonas e Arenas, mas eu acho que tem que fazer mais parcerias com a Secretaria de Educação. Acho que a Prefeitura e a Secretaria de Cultura têm que olhar mais para dentro e ver seus parceiros com Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde. Eu acho que isso tudo são parceiros potenciais da cultura e que você pode, nessa união de esforços, multiplicar o atendimento e não ficar isolado na Cultura. [...] você tem um museu, o Bispo do Rosário, que tá na [área da] Saúde, né? [...] Então, eu acho que o diálogo é importante, mas vai ter que ter dinheiro para colocar aí para fomentar...

(CORREA, 2021)

EIXO 4: equipamentos e gestão

Os equipamentos públicos e o uso de praças para atividades culturais foram tema de muitos comentários:



“Melhorar os recursos para os equipamentos públicos e criação de novos”

“Melhor a infraestrutura para as apresentações de artistas de rua”

“Tornar as praças como equipamentos culturais para atividades de arte pública”

“Potencializar a montagens de palcos em praças públicas com grande circulação de pessoas, trazendo assim oportunidades aos artistas locais e também ao público local”

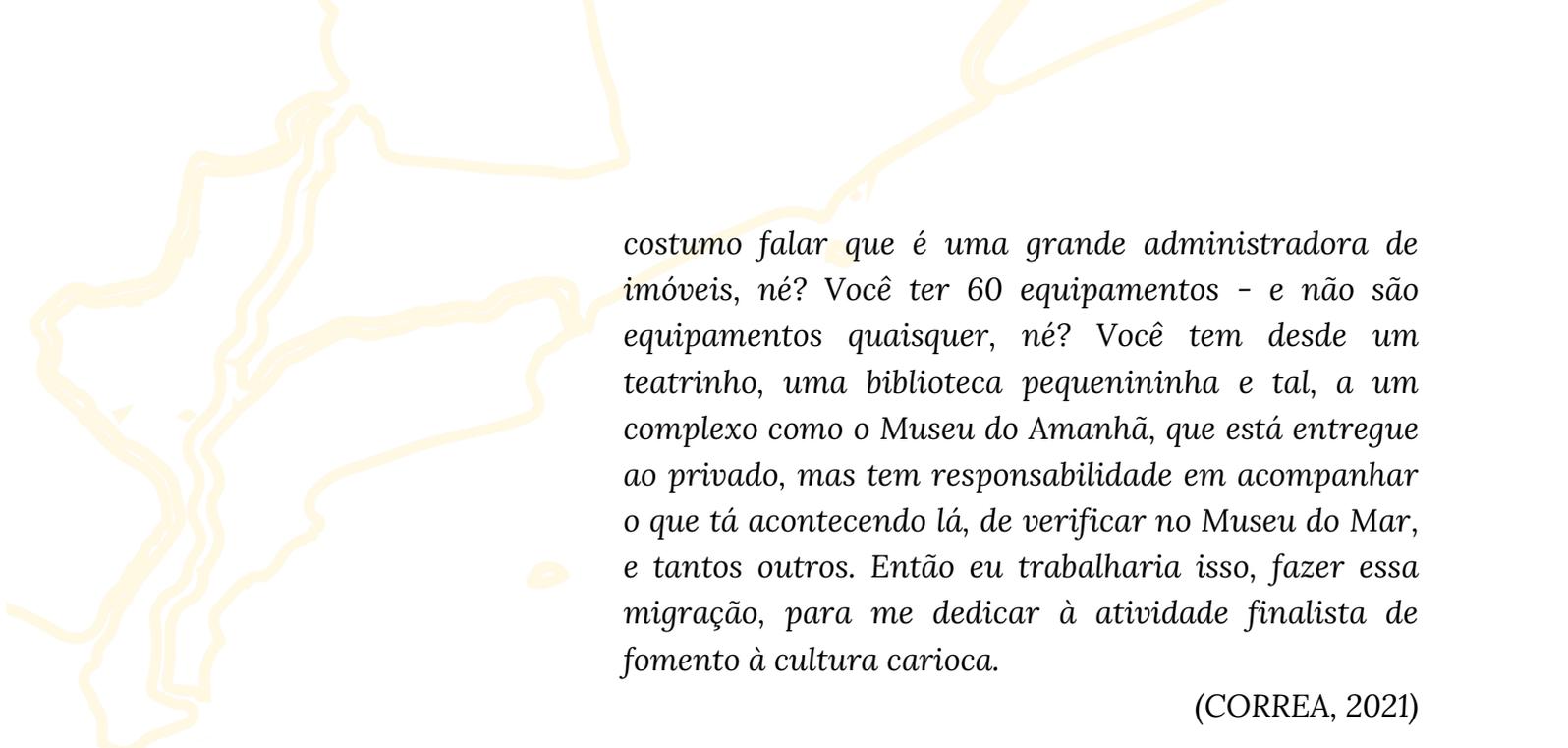
Frente à dificuldade que representa a manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da SMC- RJ, algumas pessoas defendem sua privatização:



[...] Acho que por isso mesmo, diminuir essa manutenção, esse custeio todo aqui, preparar isso para entregar para o privado, que são esses equipamentos todos, é importante.

(CORREA, 2021)

[...] Então acho que a lógica de redesenhar o foco da secretaria é muito importante. Acho que o viés de um olhar para territórios conflagrados, para a questão de políticas afirmativas, eu acho muito interessante. Acho que é um grande desafio equilibrar, porque você não pode desamparar todos aqui. [...] O desafio é o equilíbrio entre esta gestão de equipamentos, que eu



costumo falar que é uma grande administradora de imóveis, né? Você ter 60 equipamentos - e não são equipamentos quaisquer, né? Você tem desde um teatrinho, uma biblioteca pequenininha e tal, a um complexo como o Museu do Amanhã, que está entregue ao privado, mas tem responsabilidade em acompanhar o que tá acontecendo lá, de verificar no Museu do Mar, e tantos outros. Então eu trabalharia isso, fazer essa migração, para me dedicar à atividade finalista de fomento à cultura carioca.

(CORREA, 2021)

Em contraponto, surgiram também observações ou reivindicações quanto à gestão:



“Gestores com qualificação e vivência em cultura;”

“Precisamos de pessoas que já vivenciaram na pele essas experiências e dificuldades”

“Mapear as ações culturais que existem nas comunidades e financiar”

”Continuidade: ações e políticas culturais que fiquem como legado, independentemente da mudança de gestão da Prefeitura/ Secretaria de Cultura”.

CONCLU SÕES



Conclusões

A pesquisa procurou analisar o quadro da cultura na cidade, com o foco na situação dos agentes culturais cariocas no momento da pandemia de covid-19 e na implementação da Lei Aldir Blanc municipal. Um diagnóstico mais completo, incluindo a situação dos equipamentos, das instituições, da própria secretaria municipal de cultura, bem como dos mecanismos de financiamento e do marco regulatório no setor, ainda se faz necessário. No entanto, frente à ausência de dados sobre o campo da cultura, acreditamos que nossa contribuição, mesmo limitada, possa servir aos agentes, gestores e pesquisadores e fomentar o debate em torno das políticas culturais. Assim, esperamos que sirva como subsídio para reflexões e ações que visem a melhoria e o desenvolvimento democrático da cultura na cidade.

O estudo evidencia que a cidade é um campo aberto com múltiplas expressões. Registra estéticas afirmativas e diversas, construções e modos de produção plurais, mas, simultaneamente, assimetrias que tornam visíveis os territórios historicamente excluídos.

Nesta discussão, importa considerar que os recursos aportados pela Prefeitura ainda são muito aquém das necessidades do campo cultural. A figura do funil emborcado nos serve aqui como metáfora: a entrada é estreita, virada para cima, e a parte mais larga fica virada para baixo, por onde o conteúdo se espalha, ou seja, o pouco recurso que entra deve ser distribuído para muitos. É preciso dizer que, embora a inclusão de agentes das periferias como público-alvo das políticas para o setor tenha representado uma conquista, ela não veio acompanhada por um aumento considerável dos recursos, ou seja - retomando a metáfora dos funis -, a entrada continuou estreita, mas a base tornou-se ainda mais larga. Com a prevalência de uma lógica competitiva e pouco equânime de editais, e a presença majoritária dos equipamentos culturais nos bairros mais privilegiados, a maior parte do orçamento para a cultura termina sendo absorvida por produtores e espaços situados em tais bairros, o que reafirma as desigualdades entre os territórios.



Deste modo, a pesquisa aponta para a necessária ampliação de recursos, bem como para a reconfiguração da sua distribuição junto aos distintos segmentos culturais.

A crise da cultura na cidade, agravada pela inédita situação gerada pela pandemia de covid-19, propiciou um momento de intensa participação dos agentes culturais nas discussões e formulação das políticas. O processo de definição da aplicação da LAB no Rio de Janeiro constituiu uma importante conquista democrática e foi o que permitiu que projetos de diferentes naturezas fossem contemplados, além de possibilitar a inclusão de novos atores nas discussões, como os técnicos.

Nesta direção, o trabalho ecoa demandas para a reflexão em torno dos indicadores étnico raciais, de gênero, de território e de deficiência, sinalizados ao longo do texto, ensejando a promoção de avanços quanto à diversidade cultural dentro das políticas e do orçamento para o setor.

Por outro lado, a falta de dados relativos ao setor cultural se mostrou um problema, assim como a definição de critérios de seleção pouco transparentes. As exigências para a prestação de contas, embora tenham sido reduzidas devido à situação emergencial, trouxeram sérias dificuldades no final do prazo.

Apesar de ter havido mudança de gestão entre aquele momento de discussões e o presente, esperamos que o diálogo dos agentes com o poder executivo seja agora tão profícuo como naquele momento. Afinal, temos ainda pela frente o desafio de aprovar um Plano Municipal de Cultura – em discussão desde 2009 –, bem como a construção democrática da Lei Paulo Gustavo na cidade. Sem a institucionalidade da política cultural no Rio de Janeiro, cabe lutar para que a aplicação de tais recursos – assim como os da Lei Aldir Blanc 2 – sejam discutidos de forma ampla e democrática pelo conjunto dos agentes de todos os territórios.

EQUIPE

AGENTES CULTURAIS
QUE PARTICIPARAM



Equipe

CLAEC - *labcult_rio*

Veronica Diaz Rocha - é atriz e produtora cultural com formação em dança. Dirigiu e atuou em vários trabalhos de teatro, dança e performance. É professora e pesquisadora associada ao CLAEC (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura) e doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ).

Luiz Manoel Viola Estrella é economista, especialista em Bens Culturais e mestre em Estudos da Cultura. É pesquisador associado ao CLAEC com pesquisas na área de políticas culturais e financiamento à cultura.

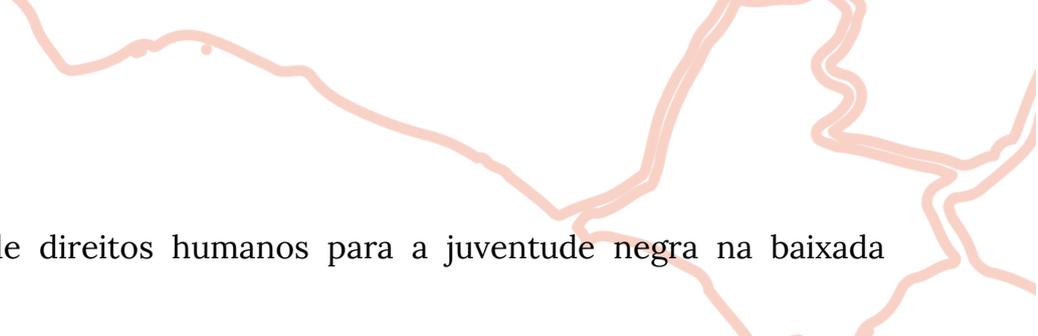
Andréa Chiesorin Nunes é dançarina, está conselheira municipal de políticas culturais (2018-2023); pesquisadora da GIRA grupo de estudos e pesquisa em feminismos, relações raciais, deficiência e outras dissidências no PPFH/UERJ. É pesquisadora associada ao CLAEC, mestra pelo PPFH/UERJ e doutoranda no mesmo programa.

Pâmela Matos, economista e mestranda pelo IPPUR/UFRJ, pesquisadora associada ao CLAEC, trabalha com monitoramento e avaliação de projetos, atua como pesquisadora em orçamento governamental. É produtora cultural pela Dona Bomba, projeto que promove a cultura Hip Hop com foco no Graffiti.

Agentes culturais que participaram da elaboração do questionário:

Anderson Oliveira é pesquisador colaborador da Enciclopédia Itaú Cultural e curador independente. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Antônio Carlos Firmino - tem licenciatura em geografia, mora e trabalha na maior Favela do Brasil, a Rocinha, há 27 anos, e tem 31 anos de atuação nas áreas social, educacional e cultural no Estado do Rio de Janeiro. Foi por 12 anos Coordenador Executivo da instituição mais antiga da Rocinha, a Ação Social Padre Anchieta (ASPA). Em 2008 junto com quinze ativistas criou o coletivo do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. Coordena o projeto Matriz Africana da Origem do Surgimento da Rocinha. É membro da Rede museologia social RJ,



palestrante na temática de direitos humanos para a juventude negra na baixada fluminense.

Carla Wendling é produtora cultural, formada em Pedagogia, cursando pós em Gestão Cultural. É vice presidenta da Associação de Blocos e Bandas Folia Carioca, setor que representa no Conselho Municipal de Cultura na cadeira Carnaval. É responsável e organizadora dos Blocos Largo do Machado, mas não Largo do Copo e do Bloco Infantil Largo do Machadinho, mas não Largo do Suquinho. Colabora do Bloco Foliões do ABRACES, de portadores de necessidades especiais. Responsável pelo resgate e reestruturação do Caxambu do Salgueiro, da Associação das Folias de Reis da Cidade do Rio de Janeiro.

Carlos Eduardo Smith, o “Lencinho”, é formado em jornalismo e tem curso técnico de roteiro pela Escola de cinema Darcy Ribeiro. Atuou como diretor, ator e editor, colaborou na elaboração de conteúdo e marketing para o jornal OPasquim21. Atua na área de comunicação do Circo Voador desde 2004, onde desempenha o papel de mestre de cerimônias e discotecário. Já trabalhou na comunicação do projeto Ponto de Cultura, como editor de vídeos e gestor das redes sociais na lona de Jacarepaguá, e como membro da curadoria de projetos especiais como a MoLA e o Mar de Música, este em parceria com o Museu de Arte do Rio.

Carolina Correa de Carvalho Menucci é professora, bacharel em Direito, com pós-graduação em Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas. Atualmente cursa Licenciatura em Letras. Completa este ano 21 anos de dedicação ao magistério, sendo 15 na rede municipal de ensino. Vem atuando em escolas na região da Cidade de Deus; atualmente é diretora adjunta do CIEP João Batista dos Santos.

Diego Dantas é Diretor Artístico do Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro desde 2017, Professor Doc I Artes da rede estadual de ensino (SEEDUC) desde março de 2013. Em 2011 assumiu a Orientação Artística e Pedagógica de dança contemporânea da Fundação Cultural Cassiano Ricardo em São José dos Campos/SP atuando na manutenção técnica dos bailarinos da Cia e criação de diversos espetáculos de dança. Entre 2004 e 2016 dançou profissionalmente em importantes companhias de dança como a Esther Weitzman Cia de Dança e a Cia Étnica de Dança.

Ellen Costa - É Gestora e Produtora Cultural, possui MBA em Gestão Cultural pela ABCG/Cândido Mendes. Graduada em Turismo pela FACHA. Fundadora e Diretora Executiva do Instituto Efeito Urbano. É assessora da vereadora Tainá de Paula e Conselheira Municipal de Políticas Culturais no segmento Cultura Urbana.

Ingrid David é jornalista, especialista em acessibilidade cultural e mestranda de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Atua como gestora de patrocínios na área da Cultura.

Isa Leall é assistente social, produtora cultural, cantora e compositora. Através do coletivo @zonoesteativa começou a trabalhar com cultura, pensando a cidade a partir da zona oeste carioca

Lu Fortunato - cursou Artes da Performance na Universidade de Nova York, é Especialista em Gestão e Cooperação Internacional para Cultura pela Universidade de Barcelona, tem com Mestrado em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET RJ, é ativista de cultura nas artes negras. Foi representante inaugural de Movimentos Negros no Conselho Municipal e, à frente da Coordenação Política do Fórum de Performance Negra RJ 2018, foi responsável por introduzir ações afirmativas de caráter racial contra desigualdade de oportunidades na política cultural do município.

Rosa Perdigão - mulher negra, candomblecista, baiana de Acarajé, atual coordenadora da ABAMRJ (associação das baianas de acarajé, mingau, receptivo e similares do Rio de Janeiro) e Vice-presidente do conselho municipal de políticas culturais do Rio de Janeiro.

Sami Brasil - 36 anos, rapper, empreendedora cultural, ativista da cultura de rua. Tem formação acadêmica em Administração, é diretora executiva da Botacara Produções e do Instituto Black Bom, idealizadora do Baile Black Bom, que se tornou referência em ocupação criativa do espaço urbano da cidade desde 2013. Está assessora Parlamentar da MãeData da Vereadora Thais Ferreira, como articuladora da pauta da Cultura Popular e Economia Criativa.

Wanderso Luna - sambista e ator de espetáculos como Cabaré Dulcina prêmio Shell de melhor música em 2013, graduado em Ciências Sociais pela UFF, fundador e membro da Roda de Samba PedeTeresa, de 2016 a 2018 foi Diretor Cultural do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel. É Diretor Artístico do Trem do Samba e da Feira das Yabás, além de fundador e Presidente da Rede Carioca de Rodas de Samba.

Agentes culturais que concederam entrevistas:

Alexandre Ferreira Barcellos (Mc Mano Teko) - Cantor, compositor, produtor cultural, educador, foi um dos fundadores da associação dos profissionais e amigos do Funk (APAFUNK).

André Breda (Fórum Técnica) Técnico de som formado como Produtor fonográfico (Estácio de Sá), produtor cultural, integra a coordenação do Fórum Técnica.

André Protásio (Severa Paraguaçu) - drégui aleijante e modelo incompletona. especialista em Acessibilidade Cultural (UFRJ) e artiste DEF. desconstruente na série "Antimanual Anticapacitista", vocalista na banda sempre em formação "Severa Paraguaçu e as Inacabadas" e presidenta do tanque de matutagem Academia Paraguaçuniana de Artes e Ciências Severas.

Bruno Müller Mata da Silva - Professor de História, integra a direção do Bloco Prata Preta.

Carlos Correa - gestor público desde 1993. Atuou na Secretaria Municipal de Cultura entre 2011 e 2021, tendo participação ativa na implementação da Lei Aldir Blanc na cidade do Rio de Janeiro.

Christina Penna - Formada em História da Arte (UERJ), dirige a Hólos, empresa de consultoria e assessoria em Preservação e Restauração.

Eliane Costa - Consultora em Gestão Cultural e Cultura Digital. Professora-Coordenadora do MBA Bens Culturais na FGV. É doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologias pela UFRJ/HCTE e Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC/FGV). É pesquisadora associada do PACC (Programa Avançado de Cultura Contemporânea) da UFRJ. Foi gerente de patrocínios da Petrobrás entre 2003 e 2012.

Fábio Batista - Estudante de História (PUC-Rio), é bailarino, coreógrafo, educador, produtor e coordenador de quadrilhas juninas.

Gustavo Guenzburger - Artista, pesquisador e professor de Teatro e de Literatura. Formou-se ator pela Casa das Artes de Laranjeiras (CAL). Possui graduação em Letras (UERJ). É mestre em Teoria e Literatura Comparada e Doutor em Literatura Comparada, ambos pela UERJ. Participa de vários movimentos de trabalhadores do teatro e da cultura carioca, como MATER, Reage, Artista! Chapa 2 e Coletivo Orçamento & Cultura.

Isabel Gomide (Fórum Técnica) - Atriz, ativista, produtora e gestora cultural, integra a coordenação do Fórum Técnica.

Lígia Tourinho - artista da dança e do teatro. Já atuou como atriz, coreógrafa, intérprete e em preparação corporal de atores. É professora do Departamento de Arte Corporal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde é coordenadora do mestrado acadêmico em Dança. Fez parte da direção da Associação Nacional dos Pesquisadores em Dança e atualmente integra o comitê editorial da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Cênicas.

Lu Fortunato - ativista de cultura nas artes negras, especialista em Gestão e Cooperação Internacional para Cultura (Univ. de Barcelona), tem mestrado em Relações Étnico-Raciais (CEFET-RJ).

Marco Aurélio Marcondes - Produtor e distribuidor com longa experiência no mercado audiovisual brasileiro. Foi um dos fundadores do Cineclube Glauber Rocha e presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro e do Conselho Nacional de Cineclubes. Trabalhou na Embrafilme e presidiu a RIOFILME entre janeiro de 2017 e junho de 2019.

Rebeca Brandão - produtora e gestora cultural com especial interesse nas práticas artísticas periféricas. Esteve à frente da Arena Carioca Dicro por cinco anos. Atualmente responde pela área de Desenvolvimento Institucional do Observatório de Favelas e coordena o curso "Engenharia Cultural: como práticas de gestão podem impactar territórios?"

Rogério Luiz Ferreira da Silva (Rogério Família) - Cientista social (UFF), cantor, instrumentista, compositor, produtor cultural, integrou a articulação para formação da Rede Carioca de Rodas de Samba.

Selma Candeia - matriarca do samba, filha de Candeia e presidente Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo.

Thiago Mathias Pereira (Fórum Zona Oeste) - Formado em História (UERJ), poeta, produtor cultural e mobilizador social, um dos fundadores do Fórum da Zona Oeste.

Thiago Sales - Produtor cultural, foi gestor da SMC-RJ em 2020, período de aplicação da LAB.

AGRADECIMIENTOS



Agradecimentos



à Comissão Permanente de Cultura da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, nas pessoas de seu presidente, vereador Reimont, e seu vice-presidente, vereador Tarcísio Motta, pelo apoio nos trâmites e na divulgação do projeto;

à pesquisadora Lia Calabre, que tanto nos apoiou e em vários momentos orientou informalmente esta pesquisa;

aos nossos parceiros Orlando Santos Jr., Mariana Albinati, Fernanda Amim e Taísa Sanches, do Observatório das Metrôpoles, e Frederico Barbosa, do IPEA;

às conselheiras municipais Carla Wendling, Ellen Costa e Rosa Perdigão, que até o momento desta publicação compunham os assentos do Carnaval, da Cultura Urbana e do Patrimônio Cultural, pela atenção e tempo que dispensaram ao projeto;

aos agentes culturais que concederam entrevistas ou participaram da elaboração do questionário;

à Eduarda Estrella, pelo design da comunicação do evento de lançamento do questionário;

ao CLAEC, pelo apoio a este projeto e por viabilizar esta publicação;

a todos os que confiaram na pesquisa, cedendo tempo e informações no preenchimento do questionário.

REFERÊN CIAS



Referências

BARCELLOS, Alexandre Ferreira (Mc Mano Teko). Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 16 set. 2021.

BATISTA, Fábio. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 30 nov. 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRANDÃO, Rebeca. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 15 out. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lein-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BREDA, André. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 15 set. 2021.

CANDEIA, Selma. Entrevista concedida a Luiz M. Estrella em 05 out. 2021.

CORREA, Carlos. Entrevista concedida a Luiz M. Estrella em 04 nov. 2021.

COSTA, Eliane. Entrevista concedida a Luiz M. Estrella em 06 out. 2021.

ENDERS, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

ESTRELLA, Luiz Manoel. **Políticas Culturais e Crise: Um estudo sobre Rio de Janeiro e Lisboa**. Dissertação de mestrado. Lisboa, Portugal: ISCTE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21335>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FERREIRA DA SILVA, Rogério Luiz (Rogério Família) - Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 11 out.2021

FORTUNATO, Lu. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 27 jan. 2022.

GOMIDE, Isabel. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 15 set. 2021.

GUENZBURGER, Gustavo. Entrevista concedida a Luiz M. Estrella em 15 dez. 2021.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC**. 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3AL2aO9gcfKkkJ%3Ahttps%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Festatisticas%2Fsociais%2Fsaude%2F19879-suplementos-munic2.html%253Fedicao%253D17010&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&t=destaques>. Acesso em: 06 jan. 2023.

LEITE, Denize Souza. **Sankofa e as políticas de ações afirmativas: Olhar o passado para construir o futuro**. Portal Gelédes, data de publicação 02/06/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sankofa-e-as-politicas-de-acoes-afirmativas-olhar-o-passado-para-construir-o-futuro/>. Acesso em: 13 out. 2022.

MACHADO, Gustavo Portella. Entre desemprego e freelance: a atual configuração do mundo do trabalho na cultura a partir da ocupação de produtores culturais como microempreendedores individuais. **Revista Cantareira**, Niterói, n. 34, jan./jun. 2021.

MARCONDES, Marco Aurélio. Entrevista concedida a Luiz M. Estrella em 19 nov. 2021.

MATA DA SILVA, Bruno Müller. Entrevista concedida a Veronica Diaz e Luiz M. Estrella em 07 dez. 2021.

MINGUS, Mia. Intimidade acessibilizadora, interdependência e justiça da deficiência. Traduzido por Lucila Lima da Silva para fins didáticos. Versão não publicada. No original: **Access Intimacy, Interdependence and Disability Justice**. Documento eletrônico, 2017.

NUNES, Andréa Chiesorin. **PULSAR – uma experiência de desimpedimento: dança e corpos com e sem deficiência**. Dissertação (Mestrado) – PPFH/ UERJ, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17713>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PENNA, Christina. Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 23 set. 2021.

PEREIRA, Thiago Mathias – Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha em 24 nov. 2021.

PROTÁSIO, André (Severa Paraguaçu). Entrevista concedida a Veronica Diaz Rocha e Andréa Chiesorin Nunes em 14 dez. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei no 6.708, de 15 de janeiro de 2020**. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/ce29ea098709f206032584f1005c8fce?OpenDocument>. Acesso em: 24 mar. 2020.

RIO DE JANEIRO. **Lei Orçamentária Anual 2022**. Disponível em:
http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/portais?_afLoop=86840660405071224&datasource=UCMserver%23DocName%3AWCC189240&_adf.ctrl-state=wwphray89_42#loa2022. Acesso em: 26 jul. 2022.

ROCHA, Veronica. **Você tem fome de quê?** Políticas culturais do município do Rio de Janeiro de 2014 a 2018 sob enfoque orçamentário. Dissertação (Mestrado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/17038>. Acesso em: 17 jan. 2023.

ROCHA, Veronica *et al.* Participação e políticas de fomento cultural na cidade do Rio de Janeiro: percepções de agentes do setor. **E-metropolis - Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, n. 50, ano 13, mar. 2023. Disponível em:
<http://emetropolis.net/>. Acesso em: 18 mar 2023.

ROCHA, Veronica *et al.* **A implementação da Lei Aldir Blanc na Cidade do Rio de Janeiro: primeiras impressões**. Anais do XVIII Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br>. Acesso em: 10 mar 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Cadastro Municipal de Cultura**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/lei-aldir-blanc>. Acesso em: 31 mar 2022 (a).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Planilhas proponentes** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <Veronica Diaz> em 25 de jun. de 2021 (b).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Regulamento LAB N° 01/2020**. Disponível em
http://www.rio.rj.gov.br/documents/11910668/12328344/ERRATA+21_10+REGULAMENTO+LAB+N%C2%B0+01_2020+PR%C3%8AMIO+A%C3%87%C3%95ES+LOCAIS+%282%29.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022 (c).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Regulamento LAB N° 02/2020**. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91277/4300603/REGULAMENTOPREMIOARTEESCOLOA.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022 (d).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Regulamento LAB N° 03/2020**. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/11917038/4301322/REGULAMENTOPRESERVACAOEMEMORIATECNICA.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022 (e).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Regulamento LAB N° 04/2020.**

Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/11917067/4301327/REGULAMENTOFOMENTOCSARTES.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022 (f).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Relatório de Aplicação da LAB.**

[mensagem pessoal] Mensagem recebida por <Luiz Estrella> em 08 de nov. de 2021 (g).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - RJ. **Resolução 442 de 13 de outubro de 2020.**

Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/11917067/4301331/RESOLUCAON442DE13DEOUTUBRODE2020.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022 (h).

VITAL, Flavia Maria de Paiva. População com Deficiência: Os Censos e seus Critérios.

Site Bengala Legal, 2007. Disponível em:

<http://www.bengalalegal.com/censos#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20de%20000,corresponde%20a%2014.5%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 set. 2022.

Notas Finais

[1] Emitida em 05 de junho de 2020, a decisão proíbe operações policiais em favelas do Rio durante a pandemia, autorizadas apenas em hipóteses absolutamente especiais que exigiriam justificativas por escrito. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml>

[2] Ver em <https://www.camara.leg.br/noticias/800615-comissao-de-cultura-debate-leilao-do-palacio>

[3] Audiência Pública sobre Cultura e Plano Diretor, realizada em 21 jun. 2022.

[4] Art. 1º: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015).

[5] Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE/ 2014. Ver em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3AL2aO9gcfKkkJ%3Ahttps%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Festatisticas%2Fsociais%2Fsaude%2F19879-suplementos-munic2.html%253Fedicao%253D17010&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&t=destaques>

[6] Utilizamos aqui a divisão constante do relatório Impactos da Covid-19 na Economia Criativa, do Observatório da Economia Criativa (OBEC/BA).

[7] À época, o programa Artes Sem Barreiras realizou sua primeira atividade no Teatro Sérgio Porto, atualmente Centro Cultural; também foi realizado na Sala Sidney Muller e no Teatro Cacilda Becker todos no município do Rio de Janeiro.

[8] Referencial de público atendido: Negros; Indígenas; LGBT; Pessoas com deficiência; População em regime prisional; Quilombolas; População de Baixa Renda; Pessoas ou grupos vítimas de violência; Populações de regiões fronteiriças; Ciganos; Idosos; Mulheres; Pessoas em situação de sofrimento psíquico; Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Ribeirinhos; Grupos assentados de reforma agrária; População sem teto; Populações em áreas de vulnerabilidade social; Imigrantes; Populações atingidas por barragens. (SMC-RJ, 2020).

[9] Desconsideramos 12 proponentes sem preenchimento tanto do critério de institucionalidade quanto do campo correspondente aos valores. Outros dois proponentes marcaram critérios de institucionalidade inexistentes (3 e 4). Cada um recebeu 8 mil e, pelos nomes, deduzimos que são PJ.

[10] Ver em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/cadastro/cnpj>.

[11] Os proponentes PJ podem não ter sido contabilizados por vários motivos, tais como: terem dado baixa ou constarem como não aptos no site da Receita Federal, ou não terem sede localizada no município do Rio de Janeiro.

Editora CLAE

2023